



Relatório da
Administração

1T25

IFRS





Caro leitor,

No 1T25, registramos lucro líquido de R\$ 4,2 bilhões com R\$ 9,9 bilhões em valor adicionado à sociedade, considerando impostos, salários, dividendos e demais componentes.

Quando falamos do principal negócio, que é crédito, a carteira de crédito superou R\$ 1,1 trilhão, com evoluções em todos os segmentos em que atuamos na comparação anual.

Na carteira PF, destaque para as operações de crédito consignado, que alcançaram R\$ 335,7 bilhões. O Crédito do Trabalhador, nova modalidade de crédito consignado privado, ultrapassa os R\$ 3,0 bilhões. Nesse produto, seremos protagonistas e aplicaremos nossa expertise histórica para fazermos negócios cada vez mais sustentáveis.

Na PJ, tanto MPME quanto grandes empresas e o segmento governo apresentaram crescimento, considerando o mesmo período do ano anterior, demonstrando o nosso compromisso junto a esses mercados.

No agronegócio, destacamos o desempenho positivo da carteira de crédito expandida em 9,0%, comparando com o mesmo período do ano anterior.

Nos nove meses do plano da Safra 2024/2025 (julho/24 a março/25), foram desembolsados R\$ 152,5 bilhões em crédito para o agronegócio, além de R\$ 22,2 bilhões destinados à cadeia de valor do setor.

Dessa forma, em uma visão global, o total desembolsado entre crédito e cadeia de valor atingiu R\$ 174,5 bilhões, comparado aos R\$ 179,4 bilhões registrados no mesmo período da safra anterior.

Foram contratadas mais de 488 mil operações, abrangendo mais de cinco mil municípios em todo o país. Dentre os recursos liberados, 64,4% foram direcionados à agricultura familiar (Pronaf) e aos médios produtores (Pronamp).

Mantivemos, pelo 11º trimestre consecutivo, a melhor posição no Ranking Bacen de Reclamações entre os cinco principais bancos com atuação digital e física, permanecendo na 14ª colocação na lista de 15 instituições com maiores bases de clientes.

Como reconhecimento à nossa contribuição para uma economia mais sustentável, estamos classificados pela 6ª vez como o banco mais sustentável do planeta pelo ranking das 100 Corporações Mais Sustentáveis do Mundo 2025 – Global 100, da Corporate Knights.

Seguimos empenhados em construir um Banco do Brasil que encanta o cliente, oferecendo um relacionamento próximo e uma experiência digital integrada.

Convidamos você a conhecer mais sobre as nossas entregas nas próximas páginas.

Boa leitura!



Desempenho Consolidado

Os ativos alcançaram R\$ 2,4 trilhões, enquanto os recursos de clientes totalizaram R\$ 865,0 bilhões. O Índice de Basileia foi de 14,14% e o Índice de Capital Principal ficou em 10,97%.

Para saber mais detalhes sobre os itens de resultado e patrimoniais do período, consulte as Notas Explicativas constantes das Demonstrações Contábeis e o Relatório Análise do Desempenho.

**Lucro Líquido
de R\$ 4,2 bilhões**

**Empréstimos a clientes
de R\$ 1,1 trilhão**

BB Consolidado

Resultado (R\$ milhões)

1T25

1T24

Lucro Líquido

4.178

8.681

Receita Líquida de juros

23.768

25.699

Receita Líquida de Tarifas e Comissões

6.457

6.560

Provisões para perdas esperadas

(15.456)

(9.413)

Despesas Administrativas e de Pessoal

(9.340)

(9.100)

Patrimoniais (R\$ milhões)

Mar/25

Dez/24

Ativos

2.427.052

2.398.719

Recursos de Clientes

864.972

873.711

Empréstimos a clientes

1.133.857

1.020.552

Patrimônio Líquido

187.015

184.236



Acionistas

Contamos com uma base de 1,5 milhão de acionistas, sendo 99,0% de pessoas físicas locais. Ao final de março, nossa composição acionária estava distribuída entre 50% de ações em poder da União Federal, 49,6% em *free float* e 0,4% em tesouraria. Os investidores locais detinham 76,7% das ações, e os estrangeiros 23,3%. Nossas ações (BBAS3) representaram 3,813% do Ibovespa no último quadrimestre.

O total destinado aos acionistas no 1T25 foi de R\$ 2,8 bilhões e o valor por ação foi de R\$ 0,48.

Estratégia e Governança Corporativa

A Estratégia Corporativa (ECBB) é o documento que simboliza a essência da nossa empresa. Representa o nosso propósito como organização. Ela abrange a definição de prioridades, metas precisas, alocação de recursos e decisões estratégicas que nos permitirão alcançar resultados mais sustentáveis e gerar valor para toda a sociedade.

A ECBB possui um horizonte temporal de cinco anos e é revisada anualmente, através de um processo estruturado, participativo e utilizando metodologias consolidadas. Nesse formato, a última revisão, referente ao período de 2025-2029, foi aprovada em dezembro de 2024.

Neste ciclo, mantivemos nosso propósito e nossos valores, reiterando o compromisso de apoiar nossos clientes e parceiros, de forma próxima e relevante. Com foco em nossos objetivos, que orientam nossa atuação centrada na experiência do cliente, na responsabilidade socioambiental, na transformação digital e na inovação.

Nossa estrutura de governança é composta pela Assembleia Geral de Acionistas; pelo Conselho de

Administração (CA) e seus comitês de assessoramento – Comitê de Auditoria (Coaud); Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade (Corem); Comitê de Riscos e de Capital (Coris), Comitê de Tecnologia e Inovação (Cotei) e Comitê de Sustentabilidade Empresarial (Cosem); pela Diretoria Executiva; e pelo Conselho Fiscal.

O CA, possui, no mínimo 30% de membros independentes, observado o disposto no Estatuto Social, na legislação e no Regulamento do Novo Mercado da B3.

No 1T25, o CA aprovou o modelo unificado da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa para o Conglomerado Prudencial (CPBB). O modelo contemplará as Entidades Ligadas sediadas no Brasil, que compõem o CPBB, e que manifestarem a adesão à Carta Anual unificada.

A Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa pode ser consultada no Portal de Relações com Investidores do Banco do Brasil ou em <https://ri.bb.com.br/governanca-e-sustentabilidade/carta-anual-de-politicas-publicas-e-governanca-corporativa/>



Clientes

O BB tem o cliente no centro de sua estratégia, buscando construir um relacionamento duradouro sendo relevante na vida do cliente em todos os momentos. Sua proposta de valor é materializada pela oferta de experiências hiperpersonalizadas, pela estratégia “Figital”, que integra o melhor dos mundos físico e digital e pela atuação em cadeia de valor.

Nesse contexto, a nova arquitetura de CRM tem aprimorado a experiência de atendimento ao integrar, em uma única plataforma, recursos como telefone, e-mail, chat e WhatsApp corporativo, sendo este último uma inovação inédita no mercado. A solução já alcança 17 mil funcionários de diversos setores, proporcionando maior eficiência e conectividade.

Fruto desse aprimoramento, temos a modernização das URAs (Unidades de Resposta Audível), que estão avançando com a migração para a nuvem. Essa transformação potencializa a gestão e a curadoria de dados, além de introduzir funcionalidades habilitadas por inteligência artificial (IA), elevando o nível de serviço oferecido.

O nosso processo de *onboarding* está em constante evolução, refletindo em avanços, como a simplicidade da abertura da conta universitária que passou a ser 100% digital, alinhada à estratégia de rejuvenescimento da base de clientes.

Registramos o recorde de 1,3 milhão de novos correntistas Pessoa Física, representando crescimento de 30% em relação ao trimestre anterior. Outro destaque vai para os 1,2 milhão de clientes com idade entre 0 e 17 anos, dos quais 34% utilizam o BB Cash, com engajamento superior a 95%.

No contexto de benefícios para clientes, a conversão automática de benefícios movimentou R\$ 26,6 milhões, representando um crescimento

significativo de 106% em comparação ao mesmo período do ano anterior e um aumento de 16% em relação ao 4T24.

No segmento Alta Renda, ampliamos nossa assessoria especializada para 150 mil novos clientes, totalizando mais de 7,4 milhões de clientes nos modelos gerenciados. No segmento Private contamos com a maior rede de escritórios do país, e fomos premiados como Melhor Private Bank do País para sustentabilidade pelo Euromoney Private Banking Awards 2025.

Para os clientes MPE, o Painel PJ, solução que apoia a gestão financeira das micro e pequenas empresas, contou com 216 mil usuários no 1T25 e gerenciou um faturamento bruto anual superior a R\$ 850 bilhões. Nesse segmento, o Programa Benefícios BB Empresas alcançou a marca de 1,1 milhão de clientes.

No apoio às MPEs, continuamos promovendo ações para estimular o crédito com qualidade e segurança, além de gerar renda por meio do Programa Acredita, com destaque para o BB Capital de Giro Pronampe, que registrou desembolsos de R\$ 1,6 bilhão no 1T25.

Demonstrando compromisso com a promoção da equidade, possuímos mais de 1,3 milhão de empresas lideradas por mulheres, com desembolsos de R\$ 294 milhões em linhas exclusivas para este público no 1T25.

Somos parceiros das Grandes Empresas, atendendo no segmento Atacado empresas Corporate, Large Corporate e Ultra Large Corporate, com um portfólio completo de crédito, cash management e comércio exterior, com destaque para operações de câmbio e financiamento às exportações. Também atuamos em negócios internacionais, além de suporte nas operações de mercado de capitais, com assessoria altamente qualificados.



Tecnologia que Transforma

No Banco do Brasil, cada transação é mais do que uma simples operação: é uma experiência, um convite à celebração do desenvolvimento do país. Temos uma Estratégia Digital focada na transformação digital e cultural, com inovações constantes, tecnologia de ponta, novos modelos de negócio e maior agilidade organizacional para encantar os clientes e garantir resultados duradouros.

Inovamos continuamente. A nova URA do SAC, que usa IA para tratar ocorrências das plataformas Reclame Aqui e Consumidor.Gov, gerando resumos ágeis dos relatos dos clientes. A IA Generativa também evoluiu, passando a transcrever e resumir ligações do SAC, aumentando a eficiência operacional, agilidade e resolução das demandas dos clientes.

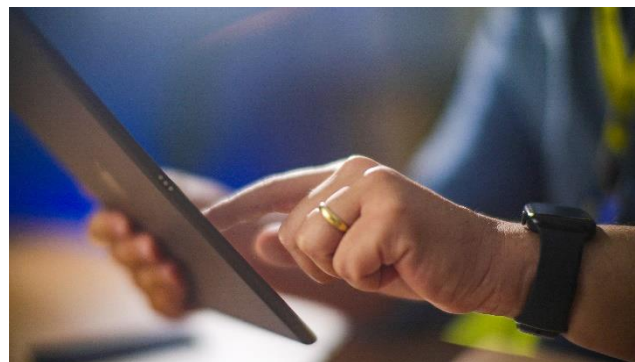
Integramos tecnologia, inclusão e acessibilidade. O App BB passou a permitir ajustes no tamanho da fonte e área de toque, além de ser pioneiro em oferecer aumento de fonte diretamente na plataforma.

Lançamos a Central Open Finance, uma área dedicada no app BB que concentra todas as informações sobre consentimentos ativos e vantagens do compartilhamento de dados, oferecendo ao cliente mais autonomia, transparência e clareza sobre como o compartilhamento de dados pode ser materializado em vantagens reais.

Disponibilizamos, além disso, a alteração de senhas 100% via mobile e a liberação de dispositivos via Whatsapp, de forma simples e fortalecendo a privacidade e proteção de dados dos clientes.

Permanecemos como um dos mais bem avaliados da indústria financeira, com avaliação de 4,7 no Google e alcançando a marca histórica de 4,8 na

Apple Store. Temos mais de 26,3 milhões de usuários no App.



Simplificamos, com a Plataforma BB Pay, o processo de recebimentos das empresas, agregando diversos meios de pagamentos e funcionalidades. Nela foram movimentados R\$ 3,7 bilhões em quatro milhões de transações, crescimento de 137% em relação ao trimestre anterior.

Além de todas inovações e evoluções tecnológicas, também continuamos expandindo o uso da Inteligência Artificial a serviço dos clientes e um bom exemplo disso é o Minhas Finanças, onde categorizamos e organizamos mais de um 1,0 bilhão de lançamentos por mês com auxílio de IA e atingimos uma acurácia de 91%. Tudo isso para ajudar a organizar a vida financeira de nossos clientes. Ao final de março deste ano, o Minhas Finanças ultrapassou o marco de 7 milhões de clientes únicos que utilizam a ferramenta mensalmente (crescimento de 16% em relação a março de 2024).

Investimos em tecnologia. No 1T25, foram investidos 1,8 bilhão para garantir as premissas de inovação, agilidade, flexibilidade e confiabilidade das soluções TI. Convocamos mais de 500 novos funcionários oriundos do último concurso para compor o quadro de TI, reforçando o protagonismo do BB na tecnologia bancária.

Agenda ASG (Ambiental, Social e de Governança)

Somos referência em práticas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), com ações de gerenciamento de riscos e oportunidades. Nosso Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB, alinhado aos ODS da ONU e ao Acordo de Paris, é nosso principal instrumento, incluindo 47 ações e 100 indicadores para 2023-2025. Além disso, os Compromissos BB 2030 para um Mundo +Sustentável estabelecem objetivos em quatro frentes de atuação: crédito sustentável, investimento responsável, gestão ASG e climática.

Captações Sustentáveis

Captamos R\$ 38 bilhões destinados a investimentos em iniciativas ASG, crescimento de 3% nos últimos três meses. Os recursos foram obtidos por meio da emissão de Bonds com perfil ASG, além de captações junto a instituições multilaterais, bancos de investimento e bancos comerciais internacionais.

No 1T25, foi realizada uma negociação de US\$ 100 milhões e outra de US\$ 95 milhões. Os recursos

serão destinados, respectivamente, à oferta de linhas de crédito para Micro e Pequenas Empresas e projetos de saneamento.

Esta última operação, inédita no BB, priorizará iniciativas voltadas à captação, tratamento e distribuição de água, promovendo impactos ambientais e sociais positivos.

Além disso, foram recebidos os primeiros aportes provenientes do leilão inaugural do Programa Eco Invest Brasil – sublinha blended finance –, com foco no financiamento de projetos em áreas essenciais, como Transição Energética, Economia Circular, Nova Infraestrutura Verde e Adaptação, além de Bioeconomia e Sistemas Agroalimentares.



Compromissos BB 2030 para um Mundo + Sustentável



Crédito Sustentável	Investimento Responsável	Gestão ASG e Climática	Impactos Positivos na Cadeia de Valor
<p>Carteira de Crédito Sustentável</p> <p>R\$ 500 bilhões até 2030. Saldo em mar/25: R\$ 393,5 bilhões</p>	<p>Produtos de Investimento Sustentável</p> <p>R\$ 22 bilhões em fundos de investimentos sustentáveis² até 2030. PL em mar/25: R\$ 7,6 bilhões</p>	<p>Emissões Diretas de GEE</p> <p>Compensar 100% dos escopos 1 e 2. jun/24: 100%</p> <p>100% de utilização de energia renovável³ a partir de 2023. jun/24: 100%</p> <p>Reduzir em 42% as emissões diretas (escopo 1) até 2030⁴. jun/24: redução de 28%</p>	<p>Inclusão Financeira</p> <p>Renegociar dívidas de 2,5 milhões de clientes até 2025. mar/25: 3,3 Milhões</p> <p>Alcançar 1 milhão de empreendedores com crédito até 2025. mar/25: 929 mil</p>
<p>Energia Renovável</p> <p>R\$ 30 bilhões até 2030. Saldo em mar/25: R\$ 17,8 bilhões</p>	<p>Recursos Sustentáveis</p> <p>R\$ 100 bilhões em recursos sustentáveis para o BB e seus clientes. mar/25: R\$ 52,6 bilhões</p>	<p>Diversidade</p> <p>30% de mulheres em cargo de liderança até 2025. 27,9 % em mar/25.</p> <p>30% de pretos, pardos, indígenas e outras etnias sub-representadas em cargos de liderança até 2025. 29,5 % em mar/25.</p>	<p>Investimento Social Privado</p> <p>Investir 1 bilhão em educação, cuidado com meio ambiente, inclusão, ajuda humanitária, incentivo ao voluntariado e tecnologias sociais por meio da Fundação BB até 2030. mar/25: R\$ 555,5 milhões</p>
<p>Agricultura Sustentável</p> <p>R\$ 200 bilhões até 2030. Saldo em mar/25: R\$ 174,1 bilhões</p>		<p>Maturidade Digital</p> <p>Alcançar 17 milhões de clientes até 2025. mar/25: 12,2 milhões</p>	<p>Reflorestamento e Conservação Florestal</p> <p>1 milhão de hectares conservados e/ou de reflorestamento até 2025. mar/25: 762 mil hectares</p> <p>Reforçar práticas que promovam a recuperação de pastagens e áreas degradadas e assegurem o desmatamento ilegal zero nos financiamentos BB.</p>

(1) Agricultura, cultura, defesa civil, educação, eficiência energética e iluminação pública, esporte e lazer, infraestrutura viária, limpeza pública, meio ambiente, mobilidade urbana, saúde, segurança e vigilância sanitária; (2) Em alinhamento à alteração regulatória dos fundos de investimento sustentáveis; (3) Usinas próprias, mercado livre e RECs; (4) Em relação ao ano-base 2022.

Negócios Sustentáveis

Em linha com os nossos compromissos de longo prazo e visando auxiliar os clientes na transição para uma economia mais sustentável, ao final de março de 2025, atingimos R\$ 393,5 bilhões em operações de crédito sustentáveis, um crescimento de 9,6% em 12 meses. Este montante foi contratado em linhas de crédito com enfoque ambiental ou social, voltadas ao financiamento de atividades que promovem impactos socioambientais positivos.

Dentre os setores beneficiados estão energias renováveis, eficiência energética, construção, transporte e turismo sustentáveis, água, pesca, floresta, agricultura sustentável, gestão de resíduos, educação, saúde e desenvolvimento local e regional, para assim reforçar o papel transformador no desenvolvimento do país e na construção de um futuro cada vez mais sustentável para a sociedade.

A Carteira de Crédito Sustentável é submetida a uma avaliação independente, que considera as

principais taxonomias ASG nacionais e internacionais na classificação dos clientes e das linhas de crédito que compõem a carteira. A metodologia é revisada continuamente para incorporar as melhores práticas e referências pioneiras dos últimos anos e para agregar os novos produtos com atributos ASG.

Bioeconomia e Cadeia de Valor

Temos contribuído com o desenvolvimento da biodiversidade no país, disponibilizando recursos financeiros, atendimento especializado, linhas de crédito com condições atrativas e serviços de consultoria financeira para auxiliar produtores, familiares, associações e cooperativas que atuam com Bioeconomia. Atualmente, somos um dos principais financiadores de produtos compatíveis com a floresta, com R\$ 1,9 bilhão em projetos de bioeconomia e cadeia de valor na Amazônia legal, representando um crescimento de 39% nos últimos 12 meses.



Mercado de Carbono

Reforçamos a nossa atuação no mercado voluntário de carbono, apoiando os clientes na elaboração de projetos geradores de créditos de carbono com relevante adicionalidade ambiental, oferecendo assessoria para realização de inventários de emissões de GEE e planos de descarbonização e ofertando créditos de carbono de projetos de alta integridade para compensação das emissões não mitigadas.

Além disso, oferecemos oportunidades de intermediação entre quem precisa e quem dispõe de créditos de carbono. Possuímos linhas específicas para fomentar projetos que contribuam para a descarbonização, como as de energia renovável e de eficiência energética.

Até março/25, mais de 762 mil hectares foram preservados ou reflorestados por meio de projetos

de carbono e operações de crédito. Os projetos de carbono de conservação florestal (REDD+) aliam preservação ambiental e geração de renda para os proprietários.

Visando à diversificação das fontes de geração de créditos de carbono, iniciamos, em março de 2024, o Programa de Biogás, que apoia o desenvolvimento de projetos a partir da geração de biogás e biometano na agropecuária, especialmente junto a suinocultores e pecuária de confinamento.

Em linha com a diversificação, formalizamos cinco projetos na modalidade de carbono no solo (ALM) para recuperação de pastagens degradadas, totalizando uma área de 46 mil hectares, contribuindo para uma agricultura mais sustentável e gerando receitas adicionais para os produtores.

Diversidade, Equidade e Inclusão

Continuamos engajados com a Diversidade. Atualmente, as mulheres representam 44% do Conselho Diretor (CD) e 50% do Conselho de Administração (CA). Além disso, dois membros se autodeclaram negros no âmbito do CD e dois no CA. Dois membros do CD e dois do CA se autodeclaram pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+.

O BB possui um dos quadros de funcionários mais diversos do mercado, chancelado pela B3, por meio do iDiversa.

Como uma ação prática do Protocolo de Intenções assinado em novembro de 2023, anunciamos em fevereiro, por meio da Fundação BB, e a Universidade Zumbi dos Palmares a abertura de seleção para bolsa de pesquisa, destinada a pessoas negras mestrandas e doutorandas. Com o tema

“Estudos sobre o impacto das atividades de beleza e estética na geração de renda para pessoas negras de periferia”, a pesquisa visa fomentar a produção de conhecimento científico e incentivar produções que evidenciem a cultura afro-brasileira.

Em março, participamos ativamente da 69ª Comissão sobre a Situação da Mulher, em Nova Iorque, fortalecendo o avanço da equidade de gênero no mundo.

Ainda em março, recebemos, na nossa Sede, a oficina dos Cenários Futuros para a População Negra no Brasil, iniciativa do Instituto Guetto e da Frente Nacional Antirracista, com o apoio metodológico da Reos Partners. O objetivo é construir um conjunto de cenários relevantes sobre o que poderia acontecer com a população negra no Brasil em um horizonte de 25 anos.



Nesse trimestre, implementamos os Fóruns Regionais de Diversidade, Equidade e Inclusão (DE&I) e Experiência do Funcionário (EX) que complementam e fortalecem a estrutura de governança em DE&I, criada no Programa de Diversidade, lançado em março de 2023.

No mesmo período, participamos de dois encontros do Pacto das Estatais, em janeiro e março, sendo que este último foi realizado na sede do BB em Brasília, reunindo dezenas de estatais federais que firmaram o Pacto em setembro de 2024, tendo como objetivo a troca de experiências e fomento de boas práticas em Diversidade, Equidade e Inclusão.

Auditoria Independente

O BB segue rigorosamente todas as legislações e regulamentações aplicáveis à auditoria independente, assegurando transparência e conformidade nos processos. A KPMG Auditores Independentes Ltda. é a empresa contratada para prestação de serviços de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras.

Com relação aos serviços de não auditoria por ela prestados no âmbito do BB, não representam conflito de interesse tampouco comprometem sua independência na execução dos trabalhos. As informações sobre os honorários dos serviços de não auditoria são divulgadas anualmente em nosso Formulário de Referência, em conformidade com a Resolução da CVM 162/2022.

Esclarecimentos Adicionais

Em cumprimento ao artigo 243 da Lei 6.404/1976, informamos que os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas estão relacionados nas notas explicativas 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e 14 – Investimentos.

Publicamos anualmente os investimentos realizados em políticas públicas em nossa Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, disponível no site ri.bb.com.br.

O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem da B3, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

Esse Relatório da Administração foi preparado com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas elaboradas no Padrão Contábil IFRS. Para mais informações, o Formulário de Referência, o relatório de Análise do Desempenho e a Apresentação Institucional estão disponíveis no site ri.bb.com.br.

Agradecimentos

Seguimos comprometidos em oferecer soluções inovadoras, impulsionando o crescimento e a excelência em nossos serviços. Obrigado por acompanhar este relatório e fazer parte da nossa jornada.

**Demonstrações
Contábeis IFRS**



31 de março de 2025



BANCO DO BRASIL



Índice

Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas Condensadas em IFRS	2
Demonstração consolidada condensada do resultado.....	2
Demonstração consolidada condensada do resultado abrangente	3
Balanço patrimonial consolidado condensado	4
Demonstração consolidada condensada das mutações do patrimônio líquido.....	5
Demonstração consolidada condensada dos fluxos de caixa.....	6
Demonstração consolidada condensada do valor adicionado	8
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas Condensadas em IFRS	9
1– O Banco e suas operações	9
2– Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas.....	10
3– Aquisições, vendas e reestruturações societárias	15
4– Informações por segmento.....	15
5– Receita líquida de juros.....	19
6– Receita líquida de tarifas e comissões.....	20
7– Outras receitas e outras despesas	21
8– Despesas de pessoal.....	22
9– Outras despesas administrativas.....	22
10– Caixa e equivalentes de caixa	23
11– Empréstimos a instituições financeiras	23
12– Ativos e passivos financeiros.....	25
13– Empréstimos a clientes	31
14– Investimentos em coligadas e joint ventures	38
15– Recursos de clientes.....	41
16– Recursos de instituições financeiras	41
17– Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	43
18– Provisões e passivos contingentes.....	43
19– Impostos	47
20– Patrimônio líquido	48
21– Valor justo dos instrumentos financeiros	54
22– Gestão de riscos	59
23– Benefícios a empregados	66
24– Partes relacionadas	74
25– Ativos e passivos circulantes e não circulantes.....	78
26– Eventos subsequentes	80
27– Conciliação do patrimônio líquido e do resultado	80
Relatório do auditor independente.....	82
Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras	83
Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre o relatório dos auditores independentes.....	84
Membros da administração	85



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração consolidada condensada do resultado

	Nota	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2024
Receitas de juros		71.720.089	66.655.193
Despesas de juros		(47.952.209)	(40.956.417)
Receita líquida de juros	[5]	23.767.880	25.698.776
(Perda)/reversão líquida esperada com:		(15.455.871)	(9.412.698)
Empréstimos a instituições financeiras		(56.378)	(9.075)
Empréstimos a clientes	[13]	(19.302.517)	(7.713.975)
Outros instrumentos financeiros		3.903.024	(1.689.648)
Receita líquida de juros após provisão para perdas		8.312.009	16.286.078
Receitas não de juros		10.047.281	11.798.674
Receita líquida de tarifas e comissões	[6]	6.457.488	6.560.417
Ganhos/(perdas) líquidos sobre instrumentos financeiros:		(1.092.249)	1.300.070
Ao valor justo por meio do resultado		(1.215.183)	1.239.255
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		122.934	60.815
Ganhos líquidos em coligadas e joint ventures	[14]	1.561.575	1.866.454
Resultado líquido em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras		(684.321)	(942.724)
Outras receitas	[7]	3.804.788	3.014.457
Despesas não de juros		(18.077.451)	(18.654.859)
Despesas de pessoal	[8]	(7.180.374)	(7.022.912)
Outras despesas administrativas	[9]	(2.160.060)	(2.077.032)
Contribuições, taxas e outros impostos	[19]	(2.166.905)	(2.120.326)
Amortização de ativos intangíveis		(637.163)	(609.243)
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	[18]	(2.826.913)	(2.406.152)
Depreciação		(820.396)	(661.581)
Outras despesas	[7]	(2.285.640)	(3.757.613)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		281.839	9.429.893
Impostos	[19]	3.896.015	(749.179)
Correntes		(1.332.201)	(1.504.778)
Diferidos		5.228.216	755.599
Lucro líquido do período		4.177.854	8.680.714
Atribuível aos acionistas controladores		3.438.804	8.029.522
Atribuível aos acionistas não controladores		739.050	651.192
Lucro por ação			
Lucro por ação básico e diluído (R\$)		0,60	1,41
Média ponderada das ações em circulação – básico e diluído		5.709.128.303	5.708.392.262

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração consolidada condensada do resultado abrangente

	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2024
Lucro líquido do período	4.177.854	8.680.714
Itens que serão ou podem ser reclassificados para a demonstração do resultado consolidado		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.595.659	(162.125)
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.482.193	(108.477)
(Ganhos)/perdas realizados sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – reclassificados para o resultado	(122.934)	(60.815)
Efeito tributário	(763.600)	7.167
Participação no resultado abrangente de investimentos em coligadas e joint ventures	1.568	196.867
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	83.714	1.078.991
Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de fluxo de caixa	(30.078)	5.133
Ganhos/(perdas) não realizados em outros resultados abrangentes	(25.262)	(454.952)
Efeito tributário	(26.806)	(432.305)
Hedge de investimento líquido em operação no exterior	74.929	(20.696)
Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de investimento líquido em operação no exterior	136.235	(39.466)
Efeito tributário	(61.306)	18.770
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	(824.103)	5.039
Itens que não podem ser reclassificados para a demonstração do resultado consolidado		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	115.129	2.067
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	206.001	3.940
Efeito tributário	(90.872)	(1.873)
Total de outros resultados abrangentes líquidos de efeitos tributários	963.182	21.152
Resultado abrangente do período	5.141.036	8.701.866
Atribuível aos acionistas controladores	4.590.286	7.982.354
Atribuível às participações de acionistas não controladores	550.750	719.512

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Balanco patrimonial consolidado condensado

	Nota	31/03/2025	31/12/2024
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	[10]	28.366.355	20.079.736
Depósitos no Banco Central do Brasil		114.515.317	115.697.589
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos		1.599.251.543	1.573.453.419
Empréstimos a instituições financeiras	[11]	371.613.840	409.247.199
Empréstimos a clientes	[13]	1.133.856.532	1.020.552.099
Títulos e valores mobiliários	[12]	40.340.410	88.445.564
Outros ativos financeiros		53.440.761	55.208.557
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[12]	15.417.140	18.829.091
Instrumentos de dívida e patrimônio		7.040.373	6.161.376
Derivativos		8.376.767	12.667.715
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	[12]	474.677.137	484.298.095
Ativos não circulantes mantidos para venda		134.503	141.065
Investimentos em coligadas e joint ventures	[14]	19.911.258	21.823.293
Ativo imobilizado		16.888.130	16.396.970
De uso		12.481.924	11.962.858
De direito de uso		4.406.206	4.434.112
Ativos intangíveis		11.582.597	11.350.419
Ativos fiscais		87.943.316	86.619.721
Correntes		9.533.232	12.047.149
Diferidos	[19]	78.410.084	74.572.572
Outros ativos		58.364.581	50.029.799
Total do ativo		2.427.051.877	2.398.719.197
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado		2.135.864.062	2.102.659.213
Recursos de clientes	[15]	864.972.382	873.710.691
Recursos de instituições financeiras	[16]	749.565.355	724.024.327
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	[17]	350.032.753	325.565.244
Outros passivos financeiros		171.293.572	179.358.951
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	[12]	5.098.161	8.266.681
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	[18]	25.680.706	23.779.021
Provisões para perdas esperadas com garantias prestadas e compromissos de empréstimos		861.644	2.319.992
Passivos fiscais		15.535.285	22.451.418
Correntes		1.425.421	7.750.780
Diferidos	[19]	14.109.864	14.700.638
Outros passivos		56.996.808	55.006.528
Total do passivo		2.240.036.666	2.214.482.853
Patrimônio líquido	[20]		
Capital social		120.000.000	120.000.000
Instrumento elegível a capital principal		5.100.000	5.100.000
Ações em tesouraria		(258.660)	(263.523)
Reservas de capital		6.642.924	6.638.527
Reservas de lucros		78.325.478	81.215.405
Outros resultados abrangentes acumulados		(16.540.332)	(17.691.814)
Resultados acumulados não apropriados		(11.475.746)	(15.375.577)
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		181.793.664	179.623.018
Participações de acionistas não controladores		5.221.547	4.613.326
Total do patrimônio líquido		187.015.211	184.236.344
Total do passivo e patrimônio líquido		2.427.051.877	2.398.719.197

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração consolidada condensada das mutações do patrimônio líquido

	Atribuível aos acionistas controladores										Participações de acionistas não controladores	Total do Patrimônio líquido	
	Capital social	Instrumento elegível ao capital principal	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes				Resultados acumulados não apropriados			Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores
						Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Remensurações de planos de benefícios definidos	Conversão de investimentos no exterior	Ganhos/ (perdas) com hedge/ outros				
Saldos em 31/12/2023	120.000.000	6.100.000	(268.255)	6.634.358	61.154.159	(1.726.992)	(7.793.139)	(5.292.551)	(383.798)	(9.188.503)	169.235.279	4.335.047	173.570.326
Lucro líquido	--	--	--	--	--	--	--	--	--	8.029.522	8.029.522	651.192	8.680.714
Outros resultados abrangentes	--	--	--	--	--	274.843	(2)	4.052	(326.061)	--	(47.168)	68.320	21.152
Total do resultado abrangente	--	--	--	--	--	274.843	(2)	4.052	(326.061)	8.029.522	7.982.354	719.512	8.701.866
Transações com pagamento baseado em ações	--	--	4.656	4.577	--	--	--	--	--	--	9.233	--	9.233
Outros	--	--	--	--	--	--	--	--	--	2.564	2.564	1.140	3.704
Constituição de reservas de lucros	--	--	--	--	(63.402)	--	--	--	--	63.402	--	--	--
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal (Nota 20.c)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(63.964)	(63.964)	--	(63.964)
Juros sobre o capital próprio e dividendos	--	--	--	--	(3.784.089)	--	--	--	--	--	(3.784.089)	--	(3.784.089)
Variação de participação dos não controladores	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	82.386	82.386
Ajustes de hiperinflação na Argentina	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1.366.514	1.366.514	333.354	1.699.868
Saldos em 31/03/2024	120.000.000	6.100.000	(263.599)	6.638.935	57.306.668	(1.452.149)	(7.793.141)	(5.288.499)	(709.859)	209.535	174.747.891	5.471.439	180.219.330
Saldos em 31/12/2024	120.000.000	5.100.000	(263.523)	6.638.527	81.215.405	(6.049.681)	(5.701.461)	(4.625.576)	(1.315.096)	(15.375.577)	179.623.018	4.613.326	184.236.344
Lucro líquido	--	--	--	--	--	--	--	--	--	3.438.804	3.438.804	739.050	4.177.854
Outros resultados abrangentes	--	--	--	--	--	1.791.907	--	(678.740)	38.315	--	1.151.482	(188.300)	963.182
Total do resultado abrangente	--	--	--	--	--	1.791.907	--	(678.740)	38.315	3.438.804	4.590.286	550.750	5.141.036
Transações com pagamento baseado em ações	--	--	4.863	4.397	--	--	--	--	--	--	9.260	--	9.260
Outros	--	--	--	--	--	--	--	--	--	36.300	36.300	(21.477)	14.823
Constituição de reservas de lucros	--	--	--	--	(129.358)	--	--	--	--	129.358	--	--	--
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal (Nota 20.c)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(102.581)	(102.581)	--	(102.581)
Juros sobre o capital próprio	--	--	--	--	(2.760.569)	--	--	--	--	--	(2.760.569)	--	(2.760.569)
Variação de participação dos não controladores	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(18.130)	(18.130)
Ajustes de hiperinflação na Argentina	--	--	--	--	--	--	--	--	--	397.950	397.950	97.078	495.028
Saldos em 31/03/2025	120.000.000	5.100.000	(258.660)	6.642.924	78.325.478	(4.257.774)	(5.701.461)	(5.304.316)	(1.276.781)	(11.475.746)	181.793.664	5.221.547	187.015.211

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração consolidada condensada dos fluxos de caixa

	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2024
Atividades operacionais		
Lucro líquido do período	4.177.854	8.680.714
Ajustado por:	19.386.827	12.797.858
Perda líquida esperada	16.352.643	10.909.470
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	2.826.913	2.406.152
Ganhos líquidos em operações de câmbio e em conversão de transações em moedas estrangeiras	684.321	942.724
Depreciação de ativo imobilizado	820.396	661.581
Amortização de ativos intangíveis	637.163	609.243
Provisão para desvalorização de valores e bens	7.448	9.794
Perdas líquidas de capital em outros ativos	23.121	5.904
Ganhos líquidos na alienação de valores ou bens	(89.775)	(41.170)
Perdas líquidas sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(122.934)	(60.815)
Impostos sobre a renda	(3.896.015)	749.179
Atualização de ativo/passivo atuarial e dos fundos de destinação do superávit	(1.012.174)	(577.584)
Ganhos líquidos em coligadas e joint ventures	(1.561.575)	(1.866.454)
Efeito da mudança da taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa	4.902.711	(992.666)
Outros	(185.416)	42.500
Variação nos ativos e passivos operacionais	24.814.123	31.408.608
Variação líquida em depósitos no Banco Central do Brasil	1.182.272	(9.976.051)
Variação líquida em empréstimos a instituições financeiras	17.633.952	(30.529.855)
Variação líquida em ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	3.411.951	(2.450.147)
Variação líquida em empréstimos a clientes	21.644.775	(35.457.616)
Variação líquida de ativos não circulantes mantidos para venda	(20.224)	(12.024)
Variação líquida em outros ativos	(9.836.376)	(2.838.363)
Variação líquida em recursos de clientes	(8.738.309)	(12.341.183)
Variação líquida de passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(3.168.520)	1.746.032
Variação líquida em recursos de instituições financeiras	25.541.028	109.907.301
Variação líquida em recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	18.860.489	1.652.077
Variação líquida em outros passivos	(36.656.041)	16.798.896
Caixa pago em impostos sobre a renda	(5.040.874)	(5.090.459)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	48.378.804	52.887.180



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Continuação	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2024
Atividades de investimento		
Compra de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(113.002.831)	(93.641.370)
Venda de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	69.421.747	69.174.984
Compra de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	(13.097.167)	(8.124.361)
Resgate de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	(168.815)	2.998.658
Compra de ativo imobilizado	(957.787)	(454.028)
Venda de ativo imobilizado	6.854	84.975
Aquisição de ativos intangíveis	(876.417)	(282.541)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	3.586.758	1.612.827
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	(55.087.658)	(28.630.856)
Atividades de financiamento		
Liquidação de passivos de longo prazo	(2.392.981)	(3.125.280)
Captação de passivos de longo prazo	8.000.000	2.750.700
Liquidação de arrendamentos	(382.433)	(203.931)
Dividendos e/ou juros sobre capital próprio pagos aos acionistas controladores	(3.584.289)	(3.551.500)
Dividendos e/ou juros sobre capital próprio pagos aos acionistas não controladores	(1.429.575)	(822.190)
Juros de instrumento elegível a capital principal pagos	(255.567)	(212.616)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(44.845)	(5.164.817)
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa	(6.753.699)	19.091.507
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	83.167.243	54.999.815
Efeito da mudança da taxa de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(4.902.711)	992.666
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	71.510.833	75.083.988
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(6.753.699)	19.091.507
Informações complementares		
Caixa pago em juros	(45.904.127)	(37.795.609)
Caixa recebido em juros	68.696.904	64.958.197

Movimentações contábeis que não envolvem caixa e equivalentes de caixa		
Ativos reclassificados para ativos não circulantes mantidos para venda	(26.786)	(18.683)
Dividendos e/ou juros sobre o capital próprio declarados e não pagos	1.908.077	2.613.935

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração consolidada condensada do valor adicionado

	Nota	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2024
Receitas		64.749.924	67.174.715
Intermediação financeira		69.943.519	67.012.539
Prestação de serviços		10.262.276	9.574.874
(Perda)/reversão líquida esperada com:		(15.455.871)	(9.412.698)
Empréstimos a clientes		(19.302.517)	(7.713.975)
Empréstimos a instituições financeiras		(56.378)	(9.075)
Outros instrumentos financeiros		3.903.024	(1.689.648)
Despesas de intermediação financeira		(47.952.209)	(40.956.417)
Insumos adquiridos de terceiros		(7.041.413)	(7.997.576)
Materiais, energia e outros	[9]	(1.795.231)	(1.609.200)
Serviços contratados de terceiros	[9]	(133.629)	(224.611)
Outras		(5.112.553)	(6.163.765)
Atualização de obrigações atuariais	[7]	(334.893)	(334.990)
Bônus de relacionamento negocial	[7]	(408.211)	(332.955)
Falhas em serviço e perdas operacionais	[7]	(48.605)	(37.711)
Outras		(4.320.844)	(5.458.109)
Valor adicionado bruto		9.756.302	18.220.722
Depreciação e amortização		(1.457.559)	(1.270.824)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		8.298.743	16.949.898
Valor adicionado recebido em transferência		1.561.575	1.866.454
Resultado de equivalência patrimonial		1.561.575	1.866.454
Valor adicionado total a distribuir		9.860.318	18.816.352
Distribuição do valor adicionado		9.860.318	18.816.352
Pessoal	[8]	7.340.622	7.168.768
Remuneração direta		4.002.078	4.078.669
Benefícios		1.292.806	1.216.173
FGTS		216.775	204.020
Outros encargos		1.828.963	1.669.906
Impostos, taxas e contribuições		(1.729.110)	2.869.505
Federais		(2.295.504)	2.237.757
Estaduais		463	443
Municipais		565.931	631.305
Remuneração de capitais de terceiros		70.952	97.365
Aluguéis	[9]	70.952	97.365
Remuneração de capitais próprios		4.177.854	8.680.714
Juros sobre o capital próprio da União	[20]	1.380.285	1.421.751
Juros sobre o capital próprio de outros acionistas	[20]	1.380.284	1.421.751
Dividendos da União	[20]	--	470.294
Dividendos de outros acionistas	[20]	--	470.293
Juros sobre o instrumento elegível ao capital principal		102.581	63.964
Lucro retido		575.654	4.181.469
Participação dos não-controladores nos lucros retidos		739.050	651.192

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas.



1– O Banco e suas operações

O Banco do Brasil S.A. (“Banco do Brasil”, “Banco”, “Grupo” ou “Conglomerado”) é uma companhia aberta de direito privado regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações, controlada pelo Governo Federal, e sua matriz está localizada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

O Banco tem suas ações negociadas no segmento denominado Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código “BBAS3” e suas ADRs (American Depositary Receipts) no mercado de balcão dos Estados Unidos da América sob o código “BDORY”. Seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do regulamento do Novo Mercado da B3. Este regulamento prevalecerá sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas no Estatuto Social.

O Banco tem por objeto, em conjunto com suas controladas:

- a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias;
- a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas; e
- o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como agente de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco exercer as seguintes funções atribuídas nas leis brasileiras, sob a supervisão do Conselho Monetário Nacional (CMN):

- (i) ser o agente financeiro do Tesouro Nacional;
- (ii) ser o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias;
- (iii) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis;
- (iv) realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e, nas condições estabelecidas pelo CMN, por conta do Banco Central do Brasil (Bacen);
- (v) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Bacen;
- (vi) financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural;
- (vii) difundir e orientar o crédito; entre outras atribuições.

Com 216 anos, o Banco atua de forma responsável para promover a inclusão social por meio da geração de emprego e renda.

O Banco financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como armazenamento, beneficiamento, industrialização de produtos agrícolas e modernização de máquinas e implementos, além da adequação de propriedades rurais à legislação ambiental. Assim, o Banco apoia o agronegócio brasileiro em todas as etapas da cadeia produtiva.

O Banco oferece às Micro e Pequenas Empresas (MPE) soluções de capital de giro, financiamentos de investimentos e comércio exterior, além de várias outras opções relacionadas a fluxo de caixa, seguridade, previdência e serviços. Os vários segmentos de Pessoas Jurídicas, incluindo Microempreendedores Individuais (MEI), encontram desde alternativas financeiras até modelos de negócios que promovem a transição para uma economia inclusiva.

No financiamento ao comércio exterior, o Banco opera instrumentos de política pública de desenvolvimento produtivo, empreendedorismo, inclusão social e financeira, entre eles o Programa de Geração e Renda – Exportação (Proger) e o Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

O Banco do Brasil também atua como Instituição Operadora de Sistema do Mercado Financeiro (IOSMF) executando os serviços de compensação de cheques por meio da Centralizadora da Compensação de Cheques (Compe),



Infraestrutura do Mercado Financeiro (IMF), integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), na forma das Resoluções BCB nº 304 e 314/2023.

Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera, estão relacionadas nas Notas 2 e 4, respectivamente.

2– Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas (condensadas) referentes ao período de três meses findo em 31/03/2025 foram preparadas de acordo com a norma internacional IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário emitida pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

Em conformidade com a IAS 34, o relatório financeiro intermediário tem como finalidade fornecer uma atualização sobre o conjunto completo de demonstrações contábeis anuais mais recentes, concentrando-se em novas atividades, eventos e circunstâncias ocorridos no período, ao invés de duplicar informações anteriormente apresentadas.

Por essa razão, estas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas não incluem todas as informações requeridas quando da elaboração das demonstrações contábeis anuais consolidadas e, logo, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis anuais consolidadas do Banco referentes ao exercício findo em 31/12/2024, preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

Estas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil em 15/05/2025.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil). A moeda funcional das principais subsidiárias do Grupo é detalhada no item “h” desta Nota.

c) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade de o Banco continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

d) Principais julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas em conformidade com as IFRS requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.



Os julgamentos e estimativas contábeis considerados importantes aplicados nestas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas estão relacionados com:

- (i) valor justo de instrumentos financeiros;
- (ii) perda esperada em instrumentos financeiros;
- (iii) redução ao valor recuperável de ativos não financeiros;
- (iv) impostos sobre os lucros;
- (v) reconhecimento e avaliação de impostos diferidos;
- (vi) pensões e outros benefícios a empregados; e
- (vii) provisões e passivos contingentes.

Esses julgamentos e estimativas contábeis se encontram descritos nas demonstrações contábeis anuais consolidadas do Banco referentes ao exercício findo em 31/12/2024.

e) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas se equivalem àqueles aplicados às demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31/12/2024, exceto nos casos indicados no item “i” desta Nota.

f) Sazonalidade das operações

O Banco e suas empresas controladas consideram a natureza de suas transações como não cíclicas e não sazonais, levando em consideração as atividades exercidas pelo Grupo. Consequentemente, não foram fornecidas divulgações específicas nestas notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas referentes ao período de três meses findo em 31/03/2025.

g) Correlação entre as notas explicativas divulgadas nas demonstrações contábeis anuais completas e nas demonstrações contábeis intermediárias condensadas

O Banco entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao desempenho no período de três meses findo em 31/03/2025 estão apresentadas nestas informações intermediárias.

Essas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas (condensadas) incluem as mesmas rubricas e subtotais que foram apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas relativas ao exercício encerrado em 31/12/2024.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Número das notas explicativas		Títulos das notas explicativas
Exercício/2024	31/03/2025	
1	1	O Banco e suas operações
2, 3 e 4	2	Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas
5	3	Aquisições, vendas e reestruturações Societárias
6	4	Informações por segmento
7	5	Receita líquida de juros
8	6	Receita líquida de tarifas e comissões
10	7	Outras receitas e outras despesas
11	8	Despesas de pessoal
12	9	Outras despesas administrativas
13	10	Caixa e equivalentes de caixa
15	11	Empréstimos a instituições financeiras
16, 17 e 18	12	Ativos e passivos financeiros
19 e 20	13	Empréstimos a clientes
21	14	Investimentos em coligadas e joint ventures
26	15	Recursos de clientes
27	16	Recursos de instituições financeiras
28	17	Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários
29	18	Provisões, ativos e passivos contingentes
30	19	Impostos
31	20	Patrimônio líquido
32	21	Valor justo dos instrumentos financeiros
35	22	Gerenciamento de riscos
38	23	Benefícios a empregados
39	24	Partes relacionadas
40	25	Ativos e passivos circulantes e não circulantes
41	--	Outras informações
42	26	Eventos subsequentes
43	27	Conciliação do patrimônio líquido e do resultado

h) Demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas do Banco abrangem as agências e subsidiárias no país e no exterior e suas controladas. Os saldos significativos das contas e operações entre as companhias consolidadas foram eliminados. Apresentam-se no quadro a seguir as participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, segregadas por segmentos de negócios. Não foram identificadas restrições significativas para transferência de recursos intragrupo.

Os fundos não exclusivos e abertos, oriundos de aplicação inicial de recursos próprios da BB Asset, são destinados a investidores externos, não tendo a referida entidade a intenção de assumir ou reter substancialmente os riscos e benefícios nesses fundos de investimento, sendo consolidados apenas nos meses em que a maioria das cotas ainda está em poder da BB Asset, deste modo, não estão apresentados no quadro a seguir.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Atividade	País de constituição	Moeda funcional	31/03/2025	31/12/2024
				% Participação	
Segmento bancário					
Banco do Brasil AG	Bancária	Áustria	Real	100,00%	100,00%
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	Arrendamento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	Estados Unidos	Real	100,00%	100,00%
BB Securities Ltd.	Corretora	Inglaterra	Real	100,00%	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	Estados Unidos	Real	100,00%	100,00%
BB Cayman Islands Holding	Holding	Ilhas Cayman	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Americas	Bancária	Estados Unidos	Dólar Americano	100,00%	100,00%
Banco Patagonia S.A. ¹	Bancária	Argentina	Peso Argentino	80,39%	80,39%
Segmento investimentos					
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Segmento gestão de recursos					
BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB Asset	Administração de Ativos	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Segmento seguros, previdência e capitalização					
BB Seguridade Participações S.A. ²	Holding	Brasil	Real	68,26%	68,26%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ²	Corretora	Brasil	Real	68,26%	68,26%
BB Seguros Participações S.A. ²	Holding	Brasil	Real	68,26%	68,26%
Segmento meios de pagamento					
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Prestação de Serviços	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Outros segmentos					
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de Créditos	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	Gestão de Cobrança	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcio	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	Turismo	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Tecnologia e Serviços ²	Tecnologia da informação	Brasil	Real	99,99%	99,99%
Fundos de investimento					
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Bancos Emissores de Cartão de Crédito V ³	Fundos de Investimento	Brasil	Real	74,80%	77,36%
BB Impacto ASG I Fundo em Investimento em Multiestratégia Investimento no Exterior ³	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Ventures I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior ³	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
FIP Agventures II Multiestratégias ³	Fundos de Investimento	Brasil	Real	55,08%	55,08%

1 - Opera em ambiente econômico de natureza hiperinflacionária desde 2018.

2 - Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

3 - Fundos de investimento nos quais o Banco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.

i) Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros

Normas aplicáveis a partir de 01/01/2025

Alterações à IAS 21 - Efeitos das alterações nas taxas de câmbio - Em agosto de 2023, o IASB adicionou requisitos ao normativo para auxiliar as entidades a determinar se uma moeda é cambiável por outra e, quando não for, qual taxa aplicar na conversão.

Adoção da norma não produziu impactos materiais nas demonstrações contábeis.

Normas a serem adotadas pelo Banco em períodos futuros

Alterações à IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 - Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto - Em setembro de 2014, o IASB promoveu alterações à IFRS 10 e à IAS 28 que



abordam as inconsistências geradas pelas duas normas quanto à contabilização de transações entre investidores e suas coligadas e joint ventures.

A data para adoção destas alterações à IFRS 10 e à IAS 28 foi adiada, ainda sem uma data definida pelo IASB.

IFRS 18 – Apresentação e evidenciação das demonstrações financeiras – Em abril de 2024, o IASB emitiu a nova norma em substituição à IAS 1. O normativo introduz novos conceitos e promove alterações estruturais na demonstração do resultado, requer novas divulgações para métricas gerenciais de performance e amplia os critérios para agregação ou desagregação de informação, a serem aplicados na elaboração dos demonstrativos financeiros primários e nas notas explicativas em geral.

Ao substituir a IAS 1, muitos dos princípios previamente existentes foram mantidos, com alterações incrementais, inexistindo impactos no reconhecimento ou mensuração de itens das demonstrações financeiras. Podem ocorrer alterações na composição do “Resultado operacional”.

Essas alterações têm vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027, devendo também serem aplicadas aos períodos comparativos. É permitida a adoção antecipada.

Alterações à IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Evidenciação e IFRS 9 – Instrumentos financeiros – Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações atualizando divulgações sobre instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e adicionando novos requerimentos de divulgação para determinados instrumentos com termos contratuais ligados ao cumprimento de metas ambientais, sociais, e de governança (ASG).

Essas alterações têm vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026, sendo permitida sua adoção antecipada.

Aperfeiçoamento anual às normas IFRS – Volume 11: Em 18/07/2024, o IASB emitiu documento de aperfeiçoamento anual às normas IFRS – Volume 11, uma coletânea de emendas incrementais às normas internacionais de contabilidade (IFRS). Essas melhorias são limitadas a alterações que promovam clareza textual em uma norma, ou corrijam imprevistos, lapsos ou conflitos entre requerimentos normativos.

Essas alterações são vigentes para períodos anuais iniciados em 01/01/2026, sendo permitida a adoção antecipada.

O Banco iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos pronunciamentos. Eventuais impactos decorrentes da adoção dessas normas, alterações ou interpretações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de vigência de cada normativo.

j) Envolvimento com entidades estruturadas consolidadas

Os veículos de securitização e os fundos de investimentos controlados pelo Banco, direta ou indiretamente, são classificados como entidades estruturadas consolidadas. Nestas entidades, os direitos de voto ou similares não são os fatores determinantes ao decidir quem controla a entidade.

O Banco consolida as entidades estruturadas quando tem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes, ou seja, as atividades que afetam significativamente os retornos das entidades.

As entidades estruturadas Dollar Diversified Payments Rights Finance Company (EPE Dollar) e Loans Finance Company Limited (EPE Loans) são as mesmas consolidadas durante o exercício/2024.



3– Aquisições, vendas e reestruturações societárias

Não ocorreram aquisições, vendas e reestruturações societárias no período.

4– Informações por segmento

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo Conselho Diretor, na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços.

As operações do Banco estão divididas em cinco segmentos divulgáveis: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de outras atividades econômicas, tais como consórcios e suporte operacional, que foram agregadas em "Outros Segmentos".

As diversas informações contábeis utilizadas pela Administração na avaliação do desempenho e no processo decisório são preparadas de acordo com as leis, normas e práticas contábeis de reconhecimento e mensuração aplicáveis às instituições financeiras no Brasil, conforme determinado pelo Bacen. O Consolidado Gerencial do Banco apresenta os resultados por segmento de acordo com esse arcabouço normativo, uma vez que esses resultados são reportados ao principal gestor das operações para fins de tomada de decisão sobre a alocação de recursos ao segmento e de avaliação do seu desempenho.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais reportáveis diferem daquelas descritas no resumo das principais políticas contábeis em IFRS principalmente em função de:

- No período corrente, o reconhecimento de perdas esperadas associadas ao risco de crédito inclui o cálculo de pisos mínimos de provisionamento, realizados de acordo com os dias de atraso e a classificação dos instrumentos financeiros em carteiras definidas pelo Bacen;
- No período comparativo, o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos a clientes era baseado em um modelo de perda esperada, com a utilização de limites regulatórios definidos pelo Bacen. Os empréstimos a clientes eram classificados em ordem crescente de níveis de risco, que variavam do risco AA (menor risco) ao risco H (maior risco). O montante de perdas em empréstimos a clientes era constituído mensalmente, não podendo ser inferior ao somatório decorrente da aplicação de percentuais mínimos, os quais variavam de 0% para as operações de nível AA a 100% para as operações classificadas no nível H;
- No período comparativo, as receitas de tarifas e comissões cobradas pela originação de empréstimos a clientes eram reconhecidas como receita no ato do recebimento;
- o montante do ágio resultante da aquisição de controle de uma companhia é amortizado, caso ele seja baseado em expectativa de rentabilidade futura; e
- vedação de correção monetária nas demonstrações financeiras decorrente de entidade que opera em economia hiperinflacionária.

A mensuração do resultado gerencial e do patrimônio gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas bem como todos os ativos e passivos apurados pelas empresas que compõem cada segmento, conforme distribuição apresentada nas Notas 2 e 14. Não há receitas ou despesas comuns alocadas entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações intersegmentos são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da sua receita líquida total.



a) Segmento bancário

O segmento bancário é responsável pela parcela mais significativa do resultado do Banco, preponderantemente obtido no Brasil, e compreende uma grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo realizados pela rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal realizados por correspondentes bancários.

b) Segmento de investimentos

Nesse segmento são realizados negócios no mercado doméstico de capitais, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas nos mercados primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

A receita líquida de juros do segmento é obtido pelas receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de underwriting de renda fixa e variável e da prestação de serviços a entidades ligadas.

c) Segmento de gestão de recursos

Esse segmento é responsável essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras, instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de seguridade

Nesse segmento são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e planos de capitalização.

O resultado desse segmento provém principalmente de tarifas e comissões e das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de meios de pagamento

Esse segmento é responsável principalmente pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico (cartões de crédito e débito), os quais geram receitas de taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários.

f) Outros segmentos

Compreendem os segmentos de suporte operacional e consórcios, que foram agregados por não serem individualmente representativos. Esses segmentos geram receitas oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

g) Demonstração do resultado gerencial por segmento

	1º Trimestre/2025									
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Transações Intersegmentos	Consolidado gerencial	Ajustes	Consolidado IFRS
Receitas de juros	71.294.619	40.462	86.833	253.739	130.624	421.847	(657.251)	71.570.873	149.216	71.720.089
Despesas de juros	(48.258.168)	(51.798)	--	--	--	(192.810)	657.251	(47.845.525)	(106.684)	(47.952.209)
Receita líquida de juros	23.036.451	(11.336)	86.833	253.739	130.624	229.037	--	23.725.348	42.532	23.767.880
Perda líquida esperada	(10.527.570)	(23.582)	--	--	--	(38.709)	--	(10.589.861)	(4.866.010)	(15.455.871)
Receita líquida de juros após provisão para perdas	12.508.881	(34.918)	86.833	253.739	130.624	190.328	--	13.135.487	(4.823.478)	8.312.009
Receitas não de juros	6.435.764	281.136	978.204	2.517.629	451.915	1.433.660	(796.761)	11.301.547	(1.254.266)	10.047.281
Receita líquida de tarifas e comissões	2.718.010	101.412	974.696	1.399.643	11.090	1.280.397	(416.545)	6.068.703	388.785	6.457.488
Ganhos/(perdas) líquidos sobre instrumentos financeiros	(1.024.490)	139.377	--	--	204	(6.196)	--	(891.105)	(201.144)	(1.092.249)
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e joint ventures	266.412	(7.538)	--	1.109.080	390.949	--	--	1.758.903	(197.328)	1.561.575
Outras receitas operacionais	4.475.832	47.885	3.508	8.906	49.672	159.459	(380.216)	4.365.046	(1.244.579)	3.120.467
Despesas não de juros	(16.781.930)	(51.624)	(161.371)	(358.941)	(63.049)	(865.703)	796.761	(17.485.857)	(591.594)	(18.077.451)
Despesas de pessoal	(6.959.053)	(9.742)	(39.928)	(22.788)	(1.215)	(160.423)	1.665	(7.191.484)	11.110	(7.180.374)
Outras despesas administrativas	(2.683.733)	(9.786)	(20.310)	(62.135)	(304)	(164.233)	491.904	(2.448.597)	288.537	(2.160.060)
Contribuições, taxas e outros impostos	(1.719.149)	(16.072)	(69.083)	(177.695)	(11.269)	(180.155)	--	(2.173.423)	6.518	(2.166.905)
Amortização de ativos intangíveis	(636.759)	--	--	(29)	--	(1.083)	--	(637.871)	708	(637.163)
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	(2.817.798)	(4.100)	(661)	(1.241)	(5)	(3.108)	--	(2.826.913)	--	(2.826.913)
Depreciação	(412.969)	--	--	--	--	(21.146)	--	(434.115)	(386.281)	(820.396)
Outras despesas operacionais	(1.552.469)	(11.924)	(31.389)	(95.053)	(50.256)	(335.555)	303.192	(1.773.454)	(512.186)	(2.285.640)
Lucro antes dos impostos	2.162.715	194.594	903.666	2.412.427	519.490	758.285	--	6.951.177	(6.669.338)	281.839
Impostos	1.767.398	(88.574)	(360.985)	(443.880)	(41.798)	(241.746)	--	590.415	3.305.600	3.896.015
Correntes	(121.935)	(70.604)	(360.983)	(444.350)	(26.881)	(308.134)	--	(1.332.887)	686	(1.332.201)
Diferidos	1.889.333	(17.970)	(2)	470	(14.917)	66.388	--	1.923.302	3.304.914	5.228.216
Lucro líquido do período	3.930.113	106.020	542.681	1.968.547	477.692	516.539	--	7.541.592	(3.363.738)	4.177.854
Atribuível aos acionistas controladores	3.787.382	106.020	542.681	1.343.663	477.692	514.627	--	6.772.065	(3.333.261)	3.438.804
Atribuível às participações de acionistas não controladores	142.731	--	--	624.884	--	1.912	--	769.527	(30.477)	739.050
Investimentos em coligadas e joint ventures	6.580.779	350.297	--	7.738.922	3.664.201	--	--	18.334.199	1.577.059	19.911.258
Ativos não circulantes	23.878.667	--	--	2.582	--	371.040	(2.610)	24.249.679	4.221.048	28.470.727
Ativo	2.436.293.461	3.917.056	4.077.799	20.852.098	11.822.038	19.706.796	(62.800.917)	2.433.868.331	(6.816.454)	2.427.051.877
Passivo	2.248.580.735	3.101.786	2.648.004	11.739.205	2.024.764	15.883.211	(40.182.122)	2.243.795.583	(3.758.917)	2.240.036.666
Patrimônio líquido	187.712.726	815.270	1.429.795	9.112.893	9.797.274	3.823.585	(22.618.795)	190.072.748	(3.057.537)	187.015.211



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	1º Trimestre/2024									
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Transações Intersegmentos	Consolidado Gerencial	Ajustes	Consolidado IFRS
Receitas de juros	66.245.153	122.410	73.710	152.018	148.148	384.149	(582.420)	66.543.168	112.025	66.655.193
Despesas de juros	(40.975.802)	(112.170)	--	--	--	(191.908)	582.420	(40.697.460)	(258.957)	(40.956.417)
Receita líquida de juros	25.269.351	10.240	73.710	152.018	148.148	192.241	--	25.845.708	(146.932)	25.698.776
Perda líquida esperada	(10.296.946)	--	--	--	--	--	--	(10.296.946)	884.248	(9.412.698)
Receita líquida de juros após provisão para perdas	14.972.405	10.240	73.710	152.018	148.148	192.241	--	15.548.762	737.316	16.286.078
Receitas não de juros	6.145.370	344.780	869.471	2.556.141	518.304	1.302.610	(752.536)	10.984.140	814.534	11.798.674
Receita líquida de tarifas e comissões	2.829.934	84.614	866.094	1.345.431	10.580	1.158.402	(398.121)	5.896.934	663.483	6.560.417
Ganhos/(perdas) líquidos sobre instrumentos financeiros	1.020.902	234.524	--	--	--	(3.004)	--	1.252.422	47.648	1.300.070
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas e joint ventures	180.101	(1.000)	--	1.204.106	458.754	--	--	1.841.961	24.493	1.866.454
Outras receitas operacionais	2.114.433	26.642	3.377	6.604	48.970	147.212	(354.415)	1.992.823	78.910	2.071.733
Despesas não de juros	(15.929.612)	(56.567)	(147.727)	(286.994)	(79.325)	(797.996)	752.536	(16.545.685)	(2.109.174)	(18.654.859)
Despesas de pessoal	(6.808.214)	(9.016)	(37.738)	(21.140)	(1.309)	(122.892)	1.494	(6.998.815)	(24.097)	(7.022.912)
Outras despesas administrativas	(2.658.442)	(6.059)	(20.386)	(59.224)	(297)	(150.776)	467.767	(2.427.417)	350.385	(2.077.032)
Contribuições, taxas e outros impostos	(1.661.880)	(20.083)	(61.110)	(164.516)	(27.879)	(166.384)	--	(2.101.852)	(18.474)	(2.120.326)
Amortização de ativos intangíveis	(608.008)	--	--	(224)	--	(1.000)	--	(609.232)	(11)	(609.243)
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	(2.543.019)	6	(979)	(2.667)	(6)	(12.908)	--	(2.559.573)	153.421	(2.406.152)
Depreciação	(410.655)	--	--	--	--	(9.179)	--	(419.834)	(241.747)	(661.581)
Outras despesas operacionais	(1.239.394)	(21.415)	(27.514)	(39.223)	(49.834)	(334.857)	283.275	(1.428.962)	(2.328.651)	(3.757.613)
Lucro antes dos impostos	5.188.163	298.453	795.454	2.421.165	587.127	696.855	--	9.987.217	(557.324)	9.429.893
Impostos	965.743	(134.258)	(318.156)	(412.994)	(100.963)	(228.726)	--	(229.354)	(519.825)	(749.179)
Correntes	(267.777)	(145.321)	(318.339)	(413.910)	(86.050)	(273.126)	--	(1.504.523)	(255)	(1.504.778)
Diferidos	1.233.520	11.063	183	916	(14.913)	44.400	--	1.275.169	(519.570)	755.599
Lucro líquido do período	6.153.906	164.195	477.298	2.008.171	486.164	468.129	--	9.757.863	(1.077.149)	8.680.714
Atribuível aos acionistas controladores	5.847.763	164.195	477.298	1.345.813	486.164	460.968	--	8.782.201	(752.679)	8.029.522
Atribuível às participações de acionistas não controladores	306.143	--	--	662.358	--	7.161	--	975.662	(324.470)	651.192
Investimentos em coligadas e joint ventures	7.117.450	293.771	--	9.069.137	5.467.403	--	--	21.947.761	1.139.750	23.087.511
Ativos não circulantes	20.395.129	--	--	3.382	--	270.877	(3.595)	20.665.793	4.186.060	24.851.853
Ativo	2.301.058.289	5.409.957	2.589.866	17.146.778	10.311.796	15.616.856	(47.102.189)	2.305.031.353	(21.871.075)	2.283.160.278
Passivo	2.128.289.535	4.389.120	682.696	5.759.553	219.294	11.698.091	(25.027.629)	2.126.010.660	(23.069.712)	2.102.940.948
Patrimônio líquido	172.768.754	1.020.837	1.907.170	11.387.225	10.092.502	3.918.765	(22.074.560)	179.020.693	1.198.637	180.219.330



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Operações internacionais

Segmentação por área geográfica, operações no Brasil e no exterior

	Brasil	Outros países			Total
	1º Trimestre/2025	Antes de eliminações	Eliminações	Após as eliminações	1º Trimestre/2025
Ativo	2.264.584.415	334.899.664	(172.432.202)	162.467.462	2.427.051.877
Receitas	78.671.360	6.064.501	(2.968.491)	3.096.010	81.767.370
Despesas (inclui impostos)	(73.704.824)	(10.745.283)	6.860.591	(3.884.692)	(77.589.516)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	541.477	(4.151.738)	3.892.100	(259.638)	281.839
Lucro/(prejuízo) líquido	4.966.536	(4.680.782)	3.892.100	(788.682)	4.177.854

	Brasil	Outros países			Total
	1º Trimestre/2024	Antes de eliminações	Eliminações	Após as eliminações	1º Trimestre/2024
Ativo	2.141.903.499	299.785.316	(158.528.537)	141.256.779	2.283.160.278
Receitas	71.850.228	9.722.999	(3.119.360)	6.603.639	78.453.867
Despesas (inclui impostos)	(64.127.559)	(8.782.896)	3.137.302	(5.645.594)	(69.773.153)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	6.977.539	2.434.412	17.942	2.452.354	9.429.893
Lucro/(prejuízo) líquido	7.722.669	940.103	17.942	958.045	8.680.714

As receitas compreendem receitas de juros e receitas não de juros. As despesas compreendem despesa de juros, perdas esperadas com instrumentos financeiros, despesas não de juros e impostos.

Em relação às operações no exterior, as principais contribuições para as receitas e ativos foram provenientes das dependências localizadas na América do Sul. Os ativos localizados em outros países são substancialmente de natureza monetária, principalmente relacionados a Empréstimos a clientes e Empréstimos a instituições financeiras.

5- Receita líquida de juros

	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2024
Receitas de juros	71.720.089	66.655.193
Empréstimos a clientes	41.586.168	34.399.490
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	13.123.313	12.712.576
Empréstimos a instituições financeiras	10.658.949	14.059.125
Depósitos no Banco Central do Brasil	2.036.017	1.632.115
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	1.550.157	1.599.097
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	260.876	522.176
Outras receitas de juros ¹	2.504.609	1.730.614
Despesas de juros	(47.952.209)	(40.956.417)
Recursos de instituições financeiras	(21.150.662)	(19.102.483)
Recursos de clientes	(16.773.383)	(14.487.775)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(9.705.067)	(7.144.260)
Outras despesas de juros	(323.097)	(221.899)
Receita líquida de juros	23.767.880	25.698.776

1 - Inclui receitas com juros sobre depósitos de garantias e com títulos e créditos do Tesouro Nacional.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

6– Receita líquida de tarifas e comissões

	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2024
Receita de tarifas e comissões	8.356.487	7.792.160
Prestação de serviços a clientes	2.904.851	2.912.388
Conta corrente	1.411.874	1.407.619
Rendas de cartões	499.666	532.509
Cobrança	297.815	306.361
Arrecadações	244.145	251.833
Rendas do mercado de capitais	155.241	131.648
Operações de crédito e cadastro	193.701	152.400
Câmbio	18.192	14.404
Interbancária e transferência de recursos	15.835	35.532
Outros	68.382	80.082
Administração de recursos de terceiros	3.385.796	2.941.584
Fundos de investimento	2.492.302	2.174.911
Consórcios	819.497	689.653
Tesouro nacional e fundos oficiais	73.997	77.020
Comissões	1.488.276	1.456.513
Comercialização de seguros	1.283.484	1.229.793
Comercialização de produtos de capitalização	146.427	149.273
Comercialização de produtos de previdência	58.365	77.447
Garantias prestadas	36.202	29.730
Outros serviços	541.362	451.945
Despesa de tarifas e comissões	(1.898.999)	(1.231.743)
Prestação de serviços	(1.728.996)	(1.053.450)
Despesas de comissões	(1.042)	(631)
Outros serviços	(168.961)	(177.662)
Receita líquida de tarifas e comissões	6.457.488	6.560.417



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

7– Outras receitas e outras despesas

a) Outras receitas

	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2024
Atualização de ativo atuarial	996.238	624.196
Títulos e créditos a receber	768.683	714.184
Recuperação de encargos e despesas	464.093	515.559
Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1	380.822	318.972
Operações com cartões	300.658	331.158
Clube de Benefícios	128.028	111.725
Reversão de provisões para pagamentos diversos	114.690	102.888
Ganhos/(perdas) na alienação de valores e bens	89.775	41.170
Ganhos de capital	15.364	16.173
Outras	546.437	238.432
Total	3.804.788	3.014.457

b) Outras despesas

	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2024
Bônus de relacionamento negocial	(409.465)	(332.955)
Perdas na posição monetária líquida ¹	(384.172)	(1.808.015)
Atualização de obrigações atuariais	(334.893)	(334.990)
Remuneração de correspondentes bancários e parceiros comerciais	(238.113)	(197.084)
Despesas de transporte	(153.955)	(131.095)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(131.041)	(119.354)
Serviços de terceiros	(112.721)	(283.954)
Falhas em serviço e perdas operacionais	(48.605)	(37.711)
Perdas de capital	(39.305)	(12.393)
Comissões por recebimento de créditos	(26.701)	(24.281)
Atualização de valores a liberar	(17.956)	(16.735)
Operações com cartões	(13.408)	(12.768)
Outras	(375.305)	(446.278)
Total	(2.285.640)	(3.757.613)

1 - Ajustes de hiperinflação sobre os itens não monetários e de resultado do Banco Patagonia em conformidade com a IAS 29, a partir do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de 8,6% de 01/01 a 31/03/2025 e de 51,6% de 01/01 a 31/03/2024.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

8– Despesas de pessoal

	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2024
Proventos	(2.957.193)	(2.793.008)
Provisões administrativas de pessoal	(1.063.031)	(962.048)
Benefícios	(1.031.017)	(973.061)
Encargos sociais	(982.708)	(911.878)
Participação nos lucros ¹	(869.297)	(1.124.415)
Previdência complementar	(250.572)	(234.300)
Honorários de diretores e conselheiros	(15.339)	(15.390)
Treinamentos	(11.217)	(8.812)
Total	(7.180.374)	(7.022.912)

1 – Inclui o montante de R\$ 3.118 mil no 1º Trimestre/2025 (R\$ 2.981 mil no 1º Trimestre/2024) relativo ao programa de pagamento baseado em ações para a Diretoria Executiva (Nota 20.I).

9– Outras despesas administrativas

	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2024
Processamento de dados	(406.910)	(294.344)
Serviços de vigilância e segurança	(357.257)	(336.755)
Manutenção e conservação de bens	(242.071)	(205.193)
Serviços técnicos especializados	(165.319)	(144.016)
Programa de Desempenho Gratificado – PDG	(160.248)	(145.856)
Serviços contratados de terceiros	(133.629)	(224.611)
Água, energia e gás	(122.994)	(139.565)
Comunicações	(122.435)	(132.153)
Propaganda e publicidade	(109.558)	(126.697)
Aluguéis	(70.952)	(97.365)
Promoções e relações públicas	(55.049)	(58.522)
Transporte	(38.649)	(29.519)
Viagens	(35.625)	(30.670)
Material de escritório e similar	(7.110)	(4.696)
Contribuições filantrópicas	(1.471)	(1.384)
Outras	(130.783)	(105.686)
Total	(2.160.060)	(2.077.032)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

10– Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2025	31/12/2024
Caixa e depósitos bancários	28.366.355	20.079.736
Disponibilidades em moeda nacional	15.095.410	10.475.377
Disponibilidades em moeda estrangeira	13.270.945	9.604.359
Depósitos no Banco Central do Brasil	1.900.000	--
Aplicações voluntárias no Banco Central	1.900.000	--
Aplicações interfinanceiras de liquidez ¹	41.244.478	63.087.507
Aplicações em operações compromissadas	341.957	14.609
Aplicações em depósitos interfinanceiros	40.892.145	63.072.898
Aplicações em moedas estrangeiras	10.376	--
Total de caixa e equivalentes de caixa	71.510.833	83.167.243

1 - Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

11– Empréstimos a instituições financeiras

	31/03/2025	31/12/2024
Aplicações em operações compromissadas	312.510.514	322.190.443
Re vendas a liquidar - posição bancada	1.726.336	218.735
Notas do Tesouro Nacional	350.000	--
Outros títulos	1.393.798	218.735
Perdas esperadas em outros títulos	(17.462)	--
Re vendas a liquidar - posição financiada	310.784.178	321.971.708
Notas do Tesouro Nacional	194.742.994	198.315.177
Letras do Tesouro Nacional	93.185.748	62.007.710
Letras Financeiras do Tesouro	22.855.436	60.203.375
Outros títulos	--	1.445.778
Perdas esperadas em outros títulos	--	(332)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	51.016.141	77.601.749
Aplicações em depósitos interfinanceiros	51.032.860	77.606.768
Perdas esperadas em aplicações em depósitos interfinanceiros	(16.719)	(5.019)
Carteiras de crédito adquiridas com coobrigação do cedente	8.087.185	9.455.007
Carteiras de crédito adquiridas com coobrigação do cedente	8.113.202	9.455.007
Perdas esperadas em carteiras de crédito adquiridas com coobrigação do cedente	(26.017)	--
Total	371.613.840	409.247.199



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Movimentação das perdas esperadas

	Saldo em 31/12/2024	(Constituição) / reversão	Variação Cambial	Saldo em 31/03/2025
Outros títulos - posição bancada	--	(18.389)	927	(17.462)
Outros títulos - posição financiada	(332)	332	--	--
Aplicações em depósitos interfinanceiros	(5.019)	(12.304)	604	(16.719)
Carteiras de crédito adquiridas com coobrigação do cedente	--	(26.017)	--	(26.017)
Total	(5.351)	(56.378)	1.531	(60.198)

	Saldo em 31/12/2023	(Constituição) / reversão	Variação Cambial	Saldo em 31/03/2024
Outros títulos - posição financiada	(255)	(569)	--	(824)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	(3.098)	(89)	--	(3.187)
Carteiras de crédito adquiridas com coobrigação do cedente	(30.659)	(8.417)	--	(39.076)
Total	(34.012)	(9.075)	--	(43.087)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

12– Ativos e passivos financeiros

a) Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Valor justo dos ativos financeiros

	31/03/2025			31/12/2024		
	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo
Instrumentos de dívida	5.805.205	221.169	6.026.374	5.351.032	107.662	5.458.694
Títulos públicos federais brasileiros	3.403.984	(1.428)	3.402.556	3.175.722	(40.104)	3.135.618
Títulos emitidos por empresas não financeiras	1.845.670	18.251	1.863.921	1.428.965	(53.331)	1.375.634
Títulos de governos estrangeiros	503.656	204.265	707.921	322.469	220.160	542.629
Títulos emitidos por empresas financeiras	51.895	81	51.976	423.876	(19.063)	404.813
Instrumentos de patrimônio	911.775	102.224	1.013.999	609.165	93.517	702.682
Fundos mútuos de investimento e outros	830.600	102.127	932.727	521.280	93.407	614.687
Ações	81.175	97	81.272	87.885	110	87.995
Total	6.716.980	323.393	7.040.373	5.960.197	201.179	6.161.376

Nos períodos informados não foram reclassificados ativos financeiros para a categoria valor justo por meio do resultado.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Instrumentos financeiros derivativos ativos

Ativos	31/03/2025			31/12/2024		
	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo
Operações a termo	4.887.305	(32.395)	4.854.910	5.256.203	1.288.915	6.545.118
Swaps	1.353.855	595.968	1.949.823	2.642.806	276.468	2.919.274
Opções	949.393	448.846	1.398.239	917.599	1.931.166	2.848.765
Outros ¹	199.043	(25.248)	173.795	372.200	(17.642)	354.558
Total	7.389.596	987.171	8.376.767	9.188.808	3.478.907	12.667.715

1 – Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (non deliverable forward).

Instrumentos financeiros derivativos passivos

Passivos	31/03/2025			31/12/2024		
	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo	Custo	Ganhos/(perdas)	Valor justo
Operações a termo	(3.191.796)	1.100.731	(2.091.065)	(1.362.847)	212.443	(1.150.404)
Swaps	(1.917.624)	(38.042)	(1.955.666)	(6.172.015)	316.157	(5.855.858)
Opções	(1.165.081)	349.517	(815.564)	(1.136.950)	(115.759)	(1.252.709)
Outros ¹	(247.899)	12.033	(235.866)	(67.040)	59.330	(7.710)
Total	(6.522.400)	1.424.239	(5.098.161)	(8.738.852)	472.171	(8.266.681)

1 – Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (non deliverable forward).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

	31/03/2025				31/12/2024			
	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor justo	Custo	Ganhos/(perdas)	Perdas esperadas	Valor justo
Instrumentos de dívida	480.137.298	(6.180.330)	(285.930)	473.671.038	491.393.427	(8.356.598)	(361.990)	482.674.839
Títulos públicos federais brasileiros	459.959.172	(5.917.233)	--	454.041.939	407.800.968	(8.123.875)	(2.533)	399.674.560
Títulos emitidos por empresas não financeiras ¹	9.891.784	(239.072)	(39.561)	9.613.151	68.898.556	(537.325)	(150.953)	68.210.278
Títulos de governos estrangeiros	8.573.394	(29.319)	(240.830)	8.303.245	9.182.318	279.558	(208.504)	9.253.372
Títulos emitidos por empresas financeiras	1.712.948	5.294	(5.539)	1.712.703	5.511.585	25.044	--	5.536.629
Instrumentos de patrimônio ²	728.626	277.473	--	1.006.099	1.552.869	71.472	(1.085)	1.623.256
Fundos mútuos de investimento	585.611	181.281	--	766.892	1.399.814	(24.955)	(1.085)	1.373.774
Ações	143.015	96.192	--	239.207	153.055	96.427	--	249.482
Total	480.865.924	(5.902.857)	(285.930)	474.677.137	492.946.296	(8.285.126)	(363.075)	484.298.095

1 – Em 1º de janeiro de 2025, o Banco aprimorou/revisitou seu modelo de negócios relacionado a títulos de empresas não financeiras, identificando operações no montante de R\$ 73.271.055 que apresentavam características de concessão de crédito e passando a apresentá-las em “Empréstimos a Clientes” (nota 13.a) e mensurá-las por meio do custo amortizado, com reflexo em outros resultados abrangentes no valor de R\$ 217.738.

2 – Instrumentos financeiros para os quais Banco adotou a opção irrevogável de mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, não sendo permitida a reclassificação subsequente de ganhos ou perdas ao resultado por ocasião da liquidação do ativo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Movimentação das perdas esperadas

	Saldo em 31/12/2024	(Constituição) / reversão	Saldo em 31/03/2025
Perdas esperadas			
Títulos de governos estrangeiros	(208.504)	(32.326)	(240.830)
Títulos emitidos por empresas não financeiras	(150.953)	111.392	(39.561)
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	(2.533)	2.533	--
Fundos mútuos de investimento	(1.085)	1.085	--
Títulos emitidos por empresas financeiras	--	(5.539)	(5.539)
Total	(363.075)	77.145	(285.930)

Instrumentos de dívida e patrimônio por estágio

	31/03/2025				31/12/2024			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Instrumentos de dívida e de patrimônio								
Títulos públicos federais brasileiros	454.041.939	--	--	454.041.939	399.674.560	--	--	399.674.560
Títulos emitidos por empresas não financeiras	9.601.040	--	12.111	9.613.151	67.566.225	163.587	480.466	68.210.278
Títulos de governos estrangeiros	2.624.680	5.678.565	--	8.303.245	9.253.372	--	--	9.253.372
Títulos emitidos por empresas financeiras	1.712.703	--	--	1.712.703	5.536.629	--	--	5.536.629
Fundos mútuos de investimento	766.892	--	--	766.892	1.373.774	--	--	1.373.774
Ações	239.207	--	--	239.207	249.482	--	--	249.482
Total	468.986.461	5.678.565	12.111	474.677.137	483.654.042	163.587	480.466	484.298.095



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Valor justo dos ativos financeiros vinculados

	31/03/2025	31/12/2024
Compromissos de recompra	323.989.675	300.441.904
Prestação de garantia	15.713.372	19.589.471
Total	339.703.047	320.031.375

Os ativos financeiros que se encontram vinculados à prestação de garantias referem-se principalmente a títulos públicos federais que estão depositados como margem de garantia nas operações envolvendo derivativos, troca de títulos e troca de moedas na clearing da B3 (BM&FBOVESPA e Cetip), bem como garantindo as operações envolvendo ações na clearing da Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

c) Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado

	31/03/2025					31/12/2024				
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Instrumentos de dívida										
Títulos de governos estrangeiros e de empresas financeiras	1.026.494	34.752.491	--	--	35.778.985	1.863.386	28.911.162	--	3	30.774.551
Títulos públicos federais brasileiros	1.545.507	3.604.995	--	--	5.150.502	719.225	3.991.758	--	--	4.710.983
Títulos emitidos por empresas não financeiras ¹	--	--	--	--	--	24.794.383	22.097.951	3.828.985	5.661.912	56.383.231
Subtotal	2.572.001	38.357.486	--	--	40.929.487	27.376.994	55.000.871	3.828.985	5.661.915	91.868.765
Perda esperada em títulos e valores mobiliários	(35.174)	(553.903)	--	--	(589.077)	(425.743)	(855.326)	(59.545)	(2.082.587)	(3.423.201)
Total	2.536.827	37.803.583	--	--	40.340.410	26.951.251	54.145.545	3.769.440	3.579.328	88.445.564

1 – Em 1º de janeiro de 2025, o Banco aprimorou/revisitou seu modelo de negócios relacionado a títulos de empresas não financeiras, identificando operações que apresentavam características de concessão de crédito e passando a apresentá-las em "Empréstimos a Clientes" (nota 13.a).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Movimentação das perdas esperadas

	Saldo em 31/12/2024	(Constituição) / reversão	Saldo em 31/03/2025
Perdas esperadas			
Títulos de governos estrangeiros	(572.053)	15.866	(556.187)
Títulos emitidos por empresas não financeiras	(2.850.760)	2.817.870	(32.890)
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	(388)	388	--
Total	(3.423.201)	2.834.124	(589.077)

Em 2025, não foram reclassificados ativos financeiros da categoria títulos e valores mobiliários ao custo amortizado. As movimentações de reversões referem-se aos títulos com característica de crédito, apresentados em Empréstimos a Clientes conforme indicado no rodapé do quadro 12.c.

Em 2024, foi realizada a reclassificação de Títulos da BB Corretora (Letras Financeiras do Tesouro - LFT) mensurados a Valor Justo por meio do Resultado para Títulos e Valores Mobiliários mensurados ao Custo amortizado, no montante de R\$ 1.668.707 mil

Instrumento de dívida por estágios

	31/03/2025				31/12/2024			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Instrumentos de dívida								
Títulos de governos estrangeiros e de empresas financeiras	28.030.293	7.748.692	--	35.778.985	30.774.551	--	--	30.774.551
Títulos públicos federais brasileiros	5.150.502	--	--	5.150.502	4.710.983	--	--	4.710.983
Títulos emitidos por empresas não financeiras	--	--	--	--	47.608.113	2.373.845	6.401.273	56.383.231
Subtotal	33.180.795	7.748.692	--	40.929.487	83.093.647	2.373.845	6.401.273	91.868.765
Perda esperada em títulos e valores mobiliários	(11.224)	(577.853)	--	(589.077)	(494.845)	(14.529)	(2.913.827)	(3.423.201)
Total	33.169.571	7.170.839	--	40.340.410	82.598.802	2.359.316	3.487.446	88.445.564



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

13- Empréstimos a clientes

a) Carteira por modalidades

	31/03/2025	31/12/2024
Operações de crédito	997.641.016	986.130.453
Empréstimos e direitos creditórios descontados	382.932.699	378.960.321
Financiamentos	185.705.893	185.809.070
Financiamentos rurais e agroindustriais	367.260.499	359.663.325
Financiamentos imobiliários	61.639.900	61.590.136
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	102.025	107.601
Outros créditos com características de concessão de crédito	216.707.751	103.473.526
Títulos com características de concessão de crédito ²	125.856.303	--
Operações com cartão de crédito	55.706.563	57.751.024
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	24.371.732	29.510.029
Outros	10.773.153	16.212.473
Operações de arrendamento mercantil	871.920	665.842
Total dos empréstimos a clientes	1.215.220.687	1.090.269.821
Perdas esperadas com empréstimos a clientes	(81.364.155)	(69.717.722)
Perdas esperadas com operações de crédito	(75.026.741)	(66.550.407)
Perdas esperadas com outros créditos com características de concessão de crédito	(6.322.749)	(3.154.242)
Perdas esperadas com arrendamento mercantil	(14.665)	(13.073)
Total de empréstimos a clientes líquido	1.133.856.532	1.020.552.099

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Referem-se principalmente a títulos e valores mobiliários reclassificados para empréstimos a clientes em decorrência de aprimoramento/revisitação no modelo de negócios, conforme indicado na nota 12.b.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Carteira por setores de atividade econômica

	31/03/2025	%	31/12/2024	%
Setor público	92.912.032	7,6	91.959.585	8,4
Administração pública	74.504.894	6,0	77.663.567	7,1
Petroleiro	15.476.859	1,3	12.203.468	1,1
Serviços	674.725	0,1	806.716	0,1
Energia elétrica	17.909	--	19.614	--
Demais atividades	2.237.645	0,2	1.266.220	0,1
Setor privado	1.122.308.655	92,4	998.310.236	91,6
Pessoas físicas	715.342.309	58,9	682.763.962	62,6
Pessoas jurídicas	406.966.346	33,5	315.546.274	29,0
Serviços	55.745.832	4,6	36.390.305	3,3
Agronegócio de origem vegetal	54.657.497	4,5	44.506.502	4,1
Energia elétrica	28.545.079	2,3	18.449.920	1,7
Automotivo	25.067.016	2,1	16.028.696	1,5
Mineração e metalurgia	24.641.656	2,0	22.081.457	2,0
Transportes	23.990.410	2,0	20.639.468	1,9
Agronegócio de origem animal	20.613.814	1,7	19.749.633	1,8
Combustíveis	19.477.329	1,6	11.744.032	1,1
Comércio varejista	19.377.194	1,6	17.161.242	1,6
Químico	17.337.898	1,4	11.582.071	1,1
Insumos agrícolas	17.098.568	1,4	12.146.445	1,1
Atividades específicas da construção	15.473.210	1,3	11.566.188	1,1
Eletroeletrônico	14.763.091	1,2	11.060.287	1,0
Instituições e serviços financeiros	13.537.410	1,1	13.259.359	1,2
Imobiliário	13.460.803	1,1	12.126.736	1,1
Comércio atacadista e indústrias diversas	11.251.347	0,9	10.722.227	1,0
Têxtil e confecções	9.659.999	0,8	9.256.097	0,9
Madeireiro e moveleiro	6.677.392	0,6	6.306.364	0,6
Papel e celulose	6.212.826	0,5	4.848.635	0,4
Demais atividades	9.377.975	0,8	5.920.610	0,5
Total dos empréstimos a clientes	1.215.220.687	100,0	1.090.269.821	100,0



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Escalonamento dos empréstimos a clientes por prazos de vencimento

Os empréstimos concedidos pelo Banco são majoritariamente de natureza parcelada, com pagamentos de encargos financeiros e principal em base mensal, trimestral, semestral ou anual. A tabela a seguir apresenta o saldo contábil das parcelas de operações de crédito vincendas e vencidas, de acordo com os prazos pactuados. Para os empréstimos liquidados em uma única parcela, o saldo total da operação de crédito é apresentado na data de vencimento.

	31/03/2025	31/12/2024
Parcelas vincendas		
01 a 30 dias	84.577.495	80.988.633
31 a 60 dias	46.849.981	41.620.961
61 a 90 dias	42.153.781	30.681.091
91 a 180 dias	126.714.208	99.490.345
181 a 360 dias	161.855.048	172.212.997
Acima de 360 dias	719.092.596	644.873.581
Subtotal	1.181.243.109	1.069.867.608
Parcelas vencidas		
01 a 14 dias	3.369.750	2.093.503
15 a 30 dias	2.393.972	1.472.109
31 a 60 dias	3.683.411	2.981.209
61 a 90 dias	3.010.338	1.797.238
91 a 180 dias	8.860.359	4.474.853
181 a 360 dias	9.726.548	6.603.416
Acima de 360 dias	2.933.200	979.885
Subtotal	33.977.578	20.402.213
Total	1.215.220.687	1.090.269.821



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Carteira e perdas esperadas com empréstimos a clientes classificada por estágios

	31/03/2025							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	874.645.364	(6.113.859)	39.076.688	(9.333.916)	83.918.964	(59.578.966)	997.641.016	(75.026.741)
Empréstimos e direitos creditórios descontados	319.302.882	(3.217.640)	16.192.337	(4.729.232)	47.437.480	(35.655.826)	382.932.699	(43.602.698)
Financiamentos	176.311.409	(271.484)	1.933.987	(302.225)	7.460.497	(6.096.631)	185.705.893	(6.670.340)
Financiamentos rurais e agroindustriais	325.591.926	(2.445.072)	17.233.248	(4.276.596)	24.435.325	(16.896.582)	367.260.499	(23.618.250)
Financiamentos imobiliários	53.338.284	(179.661)	3.716.028	(25.863)	4.585.588	(929.927)	61.639.900	(1.135.451)
Operações de crédito vinculadas a cessão	100.863	(2)	1.088	--	74	--	102.025	(2)
Outros créditos com características de concessão de crédito	202.162.927	(653.411)	3.022.396	(429.034)	11.522.428	(5.240.304)	216.707.751	(6.322.749)
Títulos com características de concessão de crédito	115.861.488	(229.978)	757.467	(148.217)	9.237.348	(3.385.026)	125.856.303	(3.763.221)
Operações com cartão de crédito	53.362.016	(366.426)	2.019.387	(251.315)	325.160	(220.823)	55.706.563	(838.564)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	22.408.054	(44.157)	197.448	(19.290)	1.766.230	(1.478.201)	24.371.732	(1.541.648)
Outros	10.531.369	(12.850)	48.094	(10.212)	193.690	(156.254)	10.773.153	(179.316)
Operações de arrendamento mercantil	851.089	(3.083)	9.537	(669)	11.294	(10.913)	871.920	(14.665)
Total	1.077.659.380	(6.770.353)	42.108.621	(9.763.619)	95.452.686	(64.830.183)	1.215.220.687	(81.364.155)

No período, a partir de janeiro de 2025, a Perda Esperada IFRS (PE) passou a ser apurada considerando aprimoramentos nos parâmetros de risco de crédito (PD, LGD e FCC), devido maior experiência e novas informações, com impacto prospectivo no resultado.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31/12/2024							
	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada	Valor do crédito	Perda esperada
Operações de crédito	833.769.796	(10.456.904)	57.585.127	(6.542.632)	94.775.530	(49.550.871)	986.130.453	(66.550.407)
Empréstimos e direitos creditórios descontados	292.972.060	(5.056.805)	33.652.485	(4.241.656)	52.335.776	(30.414.855)	378.960.321	(39.713.316)
Financiamentos	172.140.569	(765.034)	5.681.343	(218.243)	7.987.158	(4.717.062)	185.809.070	(5.700.339)
Financiamentos rurais e agroindustriais	317.066.723	(4.282.385)	13.821.666	(1.692.677)	28.774.936	(12.663.872)	359.663.325	(18.638.934)
Financiamentos imobiliários	51.489.741	(351.842)	4.424.157	(389.972)	5.676.238	(1.754.662)	61.590.136	(2.496.476)
Operações de crédito vinculadas a cessão	100.703	(838)	5.476	(84)	1.422	(420)	107.601	(1.342)
Outros créditos com características de concessão de crédito	98.144.130	(1.168.888)	1.551.229	(139.634)	3.778.167	(1.845.720)	103.473.526	(3.154.242)
Operações com cartão de crédito	56.210.918	(1.059.521)	1.208.887	(114.765)	331.219	(232.193)	57.751.024	(1.406.479)
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	26.005.472	(97.727)	316.453	(14.804)	3.188.104	(1.480.436)	29.510.029	(1.592.967)
Outros	15.927.740	(11.640)	25.889	(10.065)	258.844	(133.091)	16.212.473	(154.796)
Operações de arrendamento mercantil	651.715	(5.187)	4.135	(525)	9.992	(7.361)	665.842	(13.073)
Total	932.565.641	(11.630.979)	59.140.491	(6.682.791)	98.563.689	(51.403.952)	1.090.269.821	(69.717.722)

No período, foram revisados os critérios de classificação por estágios dos instrumentos financeiros renegociados, resultando na migração de operações do estágio 2 para o estágio 1, aquelas cuja contraparte apresenta baixo risco de crédito, e do estágio 2 para o 3, as operações reestruturadas (renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Carteira de arrendamento mercantil financeiro por prazos de vencimento

	31/03/2025			31/12/2024		
	Pagamentos mínimos	Juros a apropriar	Valor presente	Pagamentos mínimos	Juros a apropriar	Valor presente
Até um ano ¹	666.138	(159.633)	506.505	270.239	(50.977)	219.262
Entre um e cinco anos	480.545	(115.157)	365.388	550.048	(103.758)	446.290
Após cinco anos	36	(9)	27	357	(67)	290
Total	1.146.719	(274.799)	871.920	820.644	(154.802)	665.842

1 - Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

f) Perdas líquidas esperadas com empréstimos a clientes

	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2024
Constituição	(20.199.289)	(9.210.747)
Recuperação ¹	896.772	1.496.772
Perdas líquidas esperadas com empréstimos a clientes	(19.302.517)	(7.713.975)

1 - Refere-se apenas à recuperação de principal.

g) Movimentação

	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2024
Saldo inicial	(69.717.722)	(52.762.017)
(Constituição)/reversão	(20.199.289)	(9.210.747)
Variação cambial - provisões no exterior	57.923	11.623
Baixas para prejuízo	8.494.933	8.875.313
Saldo final	(81.364.155)	(53.085.828)

h) Créditos renegociados

	1º Trimestre/2025
Saldo inicial	70.539.842
Renegociações	4.731.378
Reestruturações	4.757.616
(Recebimento) e apropriação de juros	(4.136.765)
Baixas para prejuízo	(3.929.534)
Saldo final ¹	71.962.537
(%) Reestruturados em relação ao saldo final da carteira renegociada	47,2%

1 - Inclui o valor de R\$ 153 mil referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 50.801.652 mil dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

i) Exposição máxima dos instrumentos financeiros segregados por tipo de carteiras e pela classificação de risco de crédito

Exposição máxima dos instrumentos financeiros apresentados nas tabelas, segregados por tipo de carteiras e pela classificação de risco de crédito.

	31/03/2025															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	622.402.183	113.630.021	89.114	736.121.318	32.571.891	829.299	--	33.401.190	55.347.313	81.064	--	55.428.377	710.321.387	114.540.384	89.114	824.950.885
Varejo PF	291.078.730	111.285.751	89.114	402.453.595	15.506.090	818.454	--	16.324.544	35.432.954	63.784	--	35.496.738	342.017.774	112.167.989	89.114	454.274.877
Produtor rural	331.323.453	2.344.270	--	333.667.723	17.065.801	10.845	--	17.076.646	19.914.359	17.280	--	19.931.639	368.303.613	2.372.395	--	370.676.008
Pessoas jurídicas	455.257.197	89.241.558	12.240.141	556.738.896	9.536.730	871.024	8.665	10.416.419	40.105.373	3.748.162	542.567	44.396.102	504.899.300	93.860.744	12.791.373	611.551.417
Atacado	311.561.310	64.935.045	11.385.340	387.881.695	1.959.644	90.506	1.673	2.051.823	24.835.687	2.904.185	541.234	28.281.106	338.356.641	67.929.736	11.928.247	418.214.624
Varejo MPE	106.478.832	24.306.513	854.801	131.640.146	7.351.478	780.518	6.992	8.138.988	14.818.358	843.977	1.333	15.663.668	128.648.668	25.931.008	863.126	155.442.802
Produtor rural	37.217.055	--	--	37.217.055	225.608	--	--	225.608	451.328	--	--	451.328	37.893.991	--	--	37.893.991
Total	1.077.659.380	202.871.579	12.329.255	1.292.860.214	42.108.621	1.700.323	8.665	43.817.609	95.452.686	3.829.226	542.567	99.824.479	1.215.220.687	208.401.128	12.880.487	1.436.502.302
%	83,35%	15,69%	0,96%	100,00%	96,10%	3,88%	0,02%	100,00%	95,62%	3,84%	0,54%	100,00%	84,60%	14,50%	0,90%	100,00%

	31/12/2024															
	Estágio 1				Estágio 2				Estágio 3				Total			
	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Compromissos a liberar	Garantias financeiras prestadas	Total
Pessoas físicas	578.333.339	109.211.449	382.706	687.927.494	41.471.066	1.813.677	--	43.284.743	62.959.557	133.374	--	63.092.931	682.763.962	111.158.500	382.706	794.305.168
Varejo PF	261.962.046	99.034.906	334.339	361.331.291	26.970.036	1.693.891	--	28.663.927	33.577.059	91.549	--	33.668.608	322.509.141	100.820.346	334.339	423.663.826
Produtor rural	316.371.293	10.176.543	48.367	326.596.203	14.501.030	119.786	--	14.620.816	29.382.498	41.825	--	29.424.323	360.254.821	10.338.154	48.367	370.641.342
Pessoas jurídicas	354.232.302	87.687.692	9.911.088	451.831.082	17.669.425	1.157.016	28.991	18.855.432	35.604.132	1.995.642	1.816.179	39.415.953	407.505.859	90.840.350	11.756.258	510.102.467
Atacado	271.188.382	68.308.484	9.717.950	349.214.816	9.208.020	476.975	28.954	9.713.949	22.744.810	1.212.655	1.313.432	25.270.897	303.141.212	69.998.114	11.060.336	384.199.662
Varejo MPE	83.034.482	19.378.721	193.138	102.606.341	8.461.291	680.039	37	9.141.367	12.857.743	782.914	502.747	14.143.404	104.353.516	20.841.674	695.922	125.891.112
Produtor rural	9.438	487	--	9.925	114	2	--	116	1.579	73	--	1.652	11.131	562	--	11.693
Total	932.565.641	196.899.141	10.293.794	1.139.758.576	59.140.491	2.970.693	28.991	62.140.175	98.563.689	2.129.016	1.816.179	102.508.884	1.090.269.821	201.998.850	12.138.964	1.304.407.635
%	81,82%	17,28%	0,90%	100,00%	95,17%	4,78%	0,05%	100,00%	96,15%	2,08%	1,77%	100,00%	83,58%	15,49%	0,93%	100,00%



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

14– Investimentos em coligadas e joint ventures

a) Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial

Empresa	% de participação				Patrimônio líquido da investida		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial		Dividendos	
	31/03/2025		31/12/2024		31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2024
	Total	ON	Total	ON								
Coligadas ¹ e joint ventures ²												
Banco Votorantim S.A.	50,00	49,99	50,00	49,99	12.833.822	12.874.566	6.416.911	6.437.282	57.240	187.951	100.000	134.050
Brasileprev Seguros e Previdência S.A. ³	74,99	49,99	74,99	49,99	6.548.819	6.938.223	4.911.287	5.203.321	240.397	404.317	530.202	209.986
Cielo S.A. ⁴	29,17	29,17	29,17	29,17	9.642.233	9.249.854	3.177.030	3.062.570	115.165	144.640	--	173.708
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. ⁵	30,00	1,38	30,00	1,38	9.134.673	9.064.396	2.740.402	2.719.319	69.859	75.493	48.507	75.493
BB Mapfre Participações S.A. ⁶	74,99	49,99	74,99	49,99	3.116.015	3.105.266	3.025.123	3.017.062	819.816	762.779	815.891	728.153
Elo Participações Ltda.	49,99	49,99	49,99	49,99	981.856	4.653.423	490.830	2.326.246	199.427	238.621	2.026.237	--
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A. ⁷	49,99	49,99	49,99	49,99	1.516.273	1.537.537	757.985	768.615	(7.558)	(1.754)	1.908	--
Brasilcap Capitalização S.A. ⁸	66,77	49,99	66,77	49,99	857.860	803.745	683.521	647.390	36.059	47.225	--	127.653
Outros ⁹							496.246	470.116	31.170	7.182	4.725	21.923
Resultado não realizado ¹⁰							(2.788.077)	(2.828.628)				
Total							19.911.258	21.823.293	1.561.575	1.866.454	3.527.470	1.470.966

1 – O Banco possui influência significativa por meio da participação na gestão ou pela indicação de membros que compõe a Diretoria Executiva.

2 – O Banco possui controle compartilhado nas decisões sobre as atividades relevantes das empresas mediante acordos contratuais.

3 – Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 51,19%.

4 – Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 364.332 mil.

5 – Participação indireta do Banco na Cateno, por meio de sua subsidiária integral BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 64,49% (64,49% em 31/12/2024), em virtude de a Cielo S.A. deter 70% de participação direta na Cateno.

6 – Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 51,19%. Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 688.423 mil.

7 – Companhia oriunda da parceria estratégica entre o BB-Banco de Investimentos S.A. e o UBS A.G. para atuação em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores mobiliários.

8 – Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. O percentual de participação efetiva é de 45,57%. Inclui saldo de ágio incorporado ao valor contábil do investimento de R\$ 110.749 mil.

9 – Incluem as participações nas seguintes empresas: Brásil Dental Operadora de Planos Odontológicos S.A., Cadam S.A., Ciclic Corretora de Seguros S.A., Gestora de Inteligência de Crédito S.A. – QUOD, Estruturadora Brasileira de Projetos – EBP, Galgo Sistemas de Informações S.A., Tecnologia Bancária S.A. – Tecban, Câmara Interbancárias de Pagamentos – CIP e Broto S.A. O valor contábil dos investimentos contempla perda por impairment acumulada no valor de R\$ 2.822 mil (R\$ 2.784 mil em 31/12/2024).

10 – Contempla o resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões Participações S.A. e a Cielo S.A., constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. e o resultado não realizado decorrente da parceria estratégica entre o BB-BI e o UBS A.G.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Informações qualitativas das coligadas e joint ventures relevantes

Empresa	Localização		Descrição	Segmento	Participação estratégica ¹
	Pais de constituição	Sede			
Banco Votorantim S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Desenvolve atividades bancárias em modalidades variadas, tais como crédito ao consumidor, arrendamento mercantil e administração de fundos de investimento.	Bancário	Sim
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Comercializa seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de aposentadoria e benefícios complementares.	Seguridade	Sim
Cielo S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e meios de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços responsável pela gestão das transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito.	Meios de pagamento	Sim
BB Mapfre Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Holding de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola.	Seguridade	Sim
Elo Participações Ltda.	Brasil	Barueri (SP)	Holding que consolida negócios conjuntos relacionados a meios eletrônicos de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Atua em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul.	Investimentos	Sim
Brasilcap Capitalização S.A.	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Comercializa planos de capitalização, bem como outros produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização.	Seguridade	Sim

1 - Consideram-se participações estratégicas os investimentos em sociedades cujas atividades complementam ou dão suporte às atividades do Banco.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Movimentação

Empresa	Saldo inicial	Movimentações			Saldo final
	31/12/2024	Resultado de equivalência	Dividendos	Demais ¹	31/03/2025
Banco Votorantim S.A.	6.437.282	57.240	(100.000)	22.389	6.416.911
Brasileprev Seguros e Previdência S.A.	5.203.321	240.397	(530.202)	(2.229)	4.911.287
Cielo S.A.	3.062.570	115.165	--	(705)	3.177.030
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	2.719.319	69.859	(48.507)	(269)	2.740.402
BB Mapfre Participações S.A.	3.017.062	819.816	(815.891)	4.136	3.025.123
Elo Participações Ltda.	2.326.246	199.427	(2.026.237)	(8.606)	490.830
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.	768.615	(7.558)	(1.908)	(1.164)	757.985
Brasilcap Capitalização S.A.	647.390	36.059	--	72	683.521
Outros	470.116	31.170	(4.725)	(315)	496.246
Subtotal	24.651.921	1.561.575	(3.527.470)	13.309	22.699.335
Resultado não realizado	(2.828.628)	--	--	40.551	(2.788.077)
Total	21.823.293	1.561.575	(3.527.470)	53.860	19.911.258

1- Refere-se principalmente aos ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, variação cambial sobre investimento no exterior e ajustes de exercícios anteriores realizados pelas investidas.

d) Outras informações

Os investimentos em coligadas e joint ventures não possuem passivos contingentes significativos aos quais o Banco esteja exposto.

Nenhum dos investimentos em coligadas e joint ventures apresentou restrições significativas para a transferência de recursos na forma de dividendos em caixa ou de restituição de empréstimos ou adiantamentos nos períodos apresentados.

Não há operações descontinuadas de investimentos em coligadas e joint ventures nas quais o Banco tenha parte.

Não há nenhuma parcela de perdas relacionadas aos investimentos em coligadas e joint ventures não reconhecidas nas demonstrações contábeis do período, nem cumulativamente.

Todos os investimentos do Banco em joint ventures são estruturados por meio de veículos separados.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

15– Recursos de clientes

	31/03/2025	31/12/2024
Brasil	806.173.219	810.544.535
Depósitos à vista	88.987.920	94.953.387
Sem remuneração	88.713.592	94.707.520
Com remuneração ¹	274.328	245.867
Depósitos de poupança	213.379.180	218.362.609
Depósitos a prazo	503.806.119	497.228.539
Exterior	58.799.163	63.166.156
Depósitos à vista - sem remuneração	11.641.247	12.947.282
Depósitos a prazo	47.157.916	50.218.874
Total	864.972.382	873.710.691

1 – Referem-se a “special accounts”, cuja finalidade é registrar a movimentação de contas em moedas estrangeiras abertas no país em nome de embaixadas, legações estrangeiras, organismos internacionais, assim como entidades da administração pública beneficiárias de créditos ou mutuárias de empréstimos concedidos por organismos financeiros internacionais ou agências governamentais estrangeiras.

16– Recursos de instituições financeiras

a) Composição

	31/03/2025	31/12/2024
Obrigações por operações compromissadas (Nota 16.b)	642.377.175	617.780.080
Obrigações por empréstimos e repasses	81.450.486	80.853.482
Valores a pagar a instituições financeiras	25.737.694	25.390.765
Depósitos interfinanceiros	25.635.571	25.283.067
Carteiras de crédito cedidas com coobrigação	102.123	107.698
Total	749.565.355	724.024.327

b) Obrigações por operações compromissadas

	31/03/2025	31/12/2024
Carteira própria	331.592.997	297.253.818
Letras Financeiras do Tesouro	309.082.288	268.078.293
Títulos privados	16.837.757	24.484.282
Títulos no exterior	5.672.932	4.691.234
Letras do Tesouro Nacional	20	9
Carteira de terceiros	310.784.178	320.526.262
Notas do Tesouro Nacional	194.742.997	198.315.177
Letras do Tesouro Nacional	93.185.748	62.007.710
Letras Financeiras do Tesouro	22.855.433	60.203.375
Total	642.377.175	617.780.080



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Obrigações por empréstimos e repasses

Obrigações por empréstimos

	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos	31/03/2025	31/12/2024
Tomados junto a banqueiros	5.196.475	14.665.764	6.255.622	7.136.218	--	33.254.079	35.778.327
Importação	56.175	79.098	28.084	--	--	163.357	285.738
Exportação	--	7.216	--	--	--	7.216	--
Total	5.252.650	14.752.078	6.283.706	7.136.218	--	33.424.652	36.064.065

Obrigações por repasses

Programas	Taxa de atualização (a.a.)	31/03/2025	31/12/2024
Tesouro Nacional - Crédito Rural		700.181	82.934
Pronaf	TMS (se disponível) ou Pré 0,50% a 6,00% (se aplicado)	29.059	6.903
Recoop	Pré 5,75% a 8,25% ou IGP-DI + 1,00% ou IGP-DI + 2,00%	9.845	9.845
Outros		33.091	65.953
Outros Fundos e Programas		628.186	233
BNDES	Pré 0,50% a 8,12% TJLP 0,50% a 5,00% IPCA 4,20% IPCA TLP 1,99% a 3,20% Selic + 2,08% Var. Camb. 1,70% a 1,80% TFBD 5,37% a 6,47%	14.604.395	13.420.673
Caixa Econômica Federal ¹	Pré 4,85% (média)	25.840.236	26.080.370
Finame	Pré 0,70% a 10,72% TJLP + 1,60% a 2,10% Selic + 0,95% a 1,34% TFBD + 0,95% a 6,47%	5.498.768	4.754.354
Outras Instituições Oficiais		524.452	451.086
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 11,00% Funding 8,00%	524.424	451.058
Outros		28	28
Do Exterior		857.802	--
Total		48.025.834	44.789.417

1 - Prazo médio da maturidade das operações com a Caixa Econômica Federal é de 352 meses.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

17– Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários

	31/03/2025	31/12/2024
Recursos de aceites e emissão de títulos	305.787.993	286.024.658
Dívidas subordinadas	44.244.760	39.540.586
Total	350.032.753	325.565.244

18– Provisões e passivos contingentes

Ações de natureza cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural, devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros e ações de exigir contas propostas por clientes para esclarecer lançamentos havidos em conta corrente.

As indenizações por danos materiais e morais, geralmente, têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, na maioria das vezes processadas e julgadas nos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor está limitado a quarenta salários mínimos. Em 31 de março de 2025, o salário mínimo era de R\$ 1.518,00.

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se aquelas que envolvem cobrança de diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão e Planos Collor I e II), bem como a repetição de indébito correspondente ao índice de correção monetária cobrado em operações rurais em março de 1990 (Plano Collor I).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, avaliadas depois de analisada cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, o STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido. Cumpre ressaltar que, no final de 2017, a Febraban e as entidades representativas dos poupadores firmaram acordo referente às demandas envolvendo os planos econômicos em cadernetas de poupança, que já foi objeto de homologação pelo STF. A partir de maio de 2018, os poupadores puderam aderir ao acordo, por meio de ferramenta disponibilizada pela Febraban. Em 12/03/2020, o acordo foi prorrogado por mais 30 meses, conforme Aditivo firmado pelas entidades representativas das instituições financeiras e dos consumidores, sendo homologado pelo Plenário do STF, nos autos da ADPF 165, conforme acórdão publicado em 18/06/2020, e prorrogado por mais 30 meses, em votação no Plenário Virtual do STF, finalizada no dia 16/12/2022, cujo acórdão foi publicado em 09/01/2023.

No que se refere às demandas que versam sobre expurgos inflacionários em depósitos judiciais, o Ministro Edson Fachin, do STF, após o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional versada nos Recursos Extraordinários interpostos pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, União e Febraban (RE n.º 1.141.156/RJ), determinou a suspensão dos processos que tratem da matéria e que tramitam no território nacional, o que restou confirmado pelo Plenário do STF em 19/12/2019.



Quanto ao Plano Collor I incidente sobre o crédito rural, o Banco é parte passiva em ações nas quais os mutuários cobram a diferença entre o índice de correção monetária utilizado pelo Banco para atualizar os empréstimos e o que eles consideram correto. Sobre esse tema, em 04/12/2014, o STJ julgou o Recurso Especial (REsp) nº 1.319.232/DF, nos autos da Ação Civil Pública (ACP) nº 94.008514-1, onde foi imposta condenação solidária da União, do Banco Central do Brasil e do Banco do Brasil ao pagamento das diferenças apuradas entre o IPC de março de 1990 (84,32% ou o índice ponderado de 74,60% previsto no art. 6º da Lei nº 8.088/1990), e o BTN fixado em idêntico período (41,28%), corrigindo monetariamente os valores a contar do pagamento a maior, pelos índices aplicáveis aos débitos judiciais, acrescidos de juros de mora. A condenação ainda não transitou em julgado em razão da interposição de recursos extraordinários pelo Banco Central do Brasil, pela União e pelo Banco do Brasil.

Em 22/06/2021, o recurso extraordinário foi inadmitido, sendo interposto novo recurso pelo Banco direcionado à Corte Especial do STJ. Em 01/02/2023, a Corte Especial do STJ acolheu o recurso do Banco e determinou o processamento e a remessa do Recurso Extraordinário ao STF. Em 23/06/2023 esse recurso foi autuado sob o nº 1.445.162 e encontra-se pendente de julgamento. Em 10/02/2024, o Plenário do STF reputou a questão como constitucional e reconheceu a existência de repercussão geral da matéria (Tema nº 1.290/STF). Em decisão de 08/03/2024, o ministro relator do caso decretou a suspensão nacional do processamento de todas as matérias pendentes que tratem desse mesmo assunto, inclusive as liquidações e os cumprimentos provisórios da sentença coletiva relacionada à ACP Rural nº 94.008514-1.

Ações trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de gratificação de função, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações fiscais

O Banco está sujeito a questionamentos sobre tributos e condutas fiscais relacionados a sua posição de contribuinte ou de responsável tributário, em procedimentos de fiscalização, que podem ensejar autuações. A maioria das autuações versa sobre a apuração de tributos devidos, como: ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições à Seguridade Social. Para garantia do crédito fiscal em litígio, quando necessário, são realizados depósitos judiciais ou penhoras em dinheiro, títulos públicos ou imóveis.

a) Provisões

O Banco constitui provisão para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais com risco de perda “provável”, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Banco considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas cíveis, trabalhistas e fiscais.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Movimentações nas provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais, classificadas como prováveis

	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2024
Demandas cíveis		
Saldo inicial	14.941.432	10.925.549
Constituição	2.300.535	2.583.601
Reversão da provisão	(659.614)	(1.162.714)
Baixa por pagamento	(865.043)	(923.565)
Atualização monetária e variação cambial	275.809	124.152
Saldo final	15.993.119	11.547.023
Demandas trabalhistas		
Saldo inicial	7.679.384	6.710.432
Constituição	708.258	1.027.218
Reversão da provisão	(108.582)	(340.447)
Baixa por pagamento	(552.911)	(485.705)
Atualização monetária e variação cambial	177.261	150.059
Saldo final	7.903.410	7.061.557
Demandas fiscais		
Saldo inicial	1.158.205	1.089.696
Constituição	161.444	37.382
Reversão da provisão	(78.266)	(40.654)
Baixa por pagamento	(81.253)	(13.784)
Atualização monetária e variação cambial ¹	624.047	27.823
Saldo final	1.784.177	1.100.463
Total das demandas cíveis, trabalhistas e fiscais	25.680.706	19.709.043

1 - Inclui o saldo de R\$ 592.298 mil reclassificado de "Outros passivos".

Despesas com demandas cíveis, trabalhistas e fiscais

	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2024
Demandas cíveis	(1.934.964)	(1.544.771)
Demandas trabalhistas	(776.937)	(836.830)
Demandas fiscais	(115.012)	(24.551)
Total	(2.826.913)	(2.406.152)

Cronograma esperado de desembolsos

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais
Até 5 anos	14.511.915	7.194.329	1.427.146
Acima de 5 anos	1.481.204	709.081	357.031
Total	15.993.119	7.903.410	1.784.177



O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos o cronograma esperado de desembolsos.

b) Passivos contingentes

As demandas cíveis, trabalhistas e fiscais são classificadas como passivos contingentes possíveis, quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31/03/2025	31/12/2024
Demandas fiscais	17.005.092	18.380.927
Demandas cíveis	1.863.111	1.942.911
Demandas trabalhistas	75.041	89.978
Total	18.943.244	20.413.816

As principais discussões de perda possível se concentram na natureza fiscal, e estão detalhadas a seguir:

- Compensações não homologadas – R\$ 3.989.661 mil: litígios referentes a créditos indicados à compensação apurados a partir da dedução dos impostos sobre a renda pagos no exterior;
- Contribuições Sociais – R\$ 3.482.903 mil: discute-se a incidência de encargos sociais sobre os valores pagos a título de Participação nos Lucros e Resultados, na forma da Lei nº 10.101/2000;
- ISSQN – R\$ 2.372.185 mil: discute-se a incidência de ISS sobre receitas diversas da instituição financeira;
- Contribuições Sociais – R\$ 1.017.820 mil: exigência de encargos sociais sobre o Auxílio-Alimentação e Refeição concedidos no âmbito do Programa de Alimentação do Trabalhador; e
- Os demais assuntos são pulverizados.

c) Depósitos em garantia de recursos

Os depósitos em garantia são depósitos de quantias em dinheiro efetuados no Banco ou em outra instituição financeira oficial, como meio de pagamento ou como meio de garantir o pagamento de condenações, indenizações, acordos e demais despesas decorrentes de processos judiciais. Os valores estão apresentados no balanço patrimonial em "Outros ativos financeiros".

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31/03/2025	31/12/2024
Demandas cíveis	19.838.154	19.877.228
Demandas fiscais	10.470.503	10.283.339
Demandas trabalhistas	8.512.702	8.280.607
Total	38.821.359	38.441.174



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

19– Impostos

a) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2024
Lucro antes dos impostos	281.839	9.429.893
Despesa de IR (25%) e de CSLL (20%)	(126.828)	(4.243.452)
Juros sobre o capital próprio	1.242.256	1.279.576
Resultado de participação em coligadas e joint ventures	702.709	839.904
Outras receitas não tributáveis/despesas não dedutíveis	2.077.878	1.374.793
Imposto de Renda e Contribuição Social	3.896.015	(749.179)
Alíquota efetiva	--	7,94%

b) Despesas tributárias

	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2024
Cofins	(1.373.586)	(1.255.382)
ISSQN	(343.297)	(342.889)
PIS/Pasep	(233.906)	(214.722)
Outras	(216.116)	(307.333)
Total	(2.166.905)	(2.120.326)

c) IR e CSLL diferidos apresentados no balanço patrimonial consolidado

Ativos

	31/03/2025	31/12/2024
Ativos fiscais diferidos		
Perda esperada em empréstimos a clientes	50.557.603	43.816.155
Provisões passivas – outras	17.434.262	17.175.837
Prejuízos fiscais de IR/bases negativas de CSLL	239.006	252.681
Combinação de negócios	2.378.181	2.372.085
Marcação a mercado negativa de ativos financeiros	2.685.407	4.091.663
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	987.829	498.439
Contribuição social a compensar	636.538	636.538
Provisões passivas – fiscais e previdenciárias	749.077	735.350
Diferimento de tarifas e comissões para ajuste ao método da taxa efetiva de juros	219.675	337.763
Outras diferenças temporárias	2.522.506	4.656.061
Total	78.410.084	74.572.572



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Passivos

	31/03/2025	31/12/2024
Passivos fiscais diferidos		
Decorrentes de ganhos atuariais	9.389.413	8.944.242
Marcação a mercado positiva de ativos financeiros	1.839.653	2.900.539
Ganhos por compras vantajosas	337.712	337.712
Decorrentes de lucros do exterior	378.512	--
Atualização de depósitos judiciais fiscais	134.144	134.144
Ajuste da carteira de leasing	99.227	85.079
Outras diferenças temporárias	1.931.203	2.298.922
Total	14.109.864	14.700.638

20- Patrimônio líquido

a) Valor de mercado por ação ordinária

	31/03/2025	31/12/2024
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	181.793.664	179.623.018
Valor de mercado por ação ordinária (R\$)	28,19	24,17

b) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 120.000.000 mil (R\$ 120.000.000 mil em 31/12/2024), está dividido em 5.730.834.040 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

c) Instrumento elegível ao capital principal

Em 26/09/2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário.

Desde a assinatura do termo aditivo, em 28/08/2014, a remuneração do referido instrumento é integralmente variável e os juros são devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social são pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração é realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do



balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Conforme Comunicado ao Mercado, de 08 de abril de 2021, o Banco apresentou proposta de devolução do referido instrumento em sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, com base em cronograma compreendido entre julho/2022 e julho/2029. Em 29/07/2024, o Banco devolveu ao Tesouro Nacional o valor de R\$ 1 bilhão referente à terceira parcela, cuja liquidação antecipada foi autorizada pelo Bacen em 24/06/2024.

d) Reservas de capital

A reserva de capital destina-se, dentre outros, ao registro dos valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidados com a entrega de instrumentos patrimoniais, bem como do lucro apurado na alienação de ações em tesouraria.

O saldo da conta reservas de capital de R\$ 6.642.924 mil (R\$ 6.638.527 mil em 31/12/2024) refere-se principalmente à alteração de participação societária na BB Seguridade decorrente de oferta pública de ações, ao aumento na participação societária no Banco Patagonia decorrente do exercício de opção de venda, por acionistas minoritários, conforme previsto no Acordo de Acionistas celebrado em 12/04/2011, entre o Banco e os minoritários, bem como à alienação de ações em tesouraria, ocorrido em 23/10/2019.

e) Reservas de lucros

	31/03/2025	31/12/2024
Reservas de lucros	78.325.478	81.215.405
Reserva legal	15.221.388	15.221.388
Reservas estatutárias	63.104.090	65.994.017
Margem operacional	58.030.718	58.145.999
Equalização de remuneração do capital	5.073.372	7.848.018

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária para margem operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, apurado segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social

A reserva estatutária para equalização de remuneração do capital assegura recursos para o pagamento de remuneração de capital, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido, apurado segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil, após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Lucro por ação

	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2024
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores (R\$ mil)	3.438.804	8.029.522
Número médio ponderado de ações (básico e diluído)	5.709.128.303	5.708.392.262
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	0,60	1,41

g) Outros resultados abrangentes acumulados

O saldo da conta outros resultados abrangentes acumulados refere-se ao efeito da marcação a mercado dos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, aos ajustes de conversão em investimentos no exterior, ao efeito líquido de operações de *hedge* e ao efeito das remensurações relacionadas a planos de benefícios definidos. O Banco reconheceu em outros resultados abrangentes todas as diferenças de câmbio resultantes da conversão dos resultados de entidades cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação do Banco.

	31/03/2025	31/12/2024
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(4.257.774)	(6.049.681)
Hedge de investimento líquido em operação no exterior	(75.832)	(150.762)
Conversão de investimentos no exterior	(5.304.316)	(4.625.576)
Ganhos/(perdas) atuariais - planos de benefícios	(5.701.461)	(5.701.461)
Hedge de fluxo de caixa	1.233	17.776
Outros	(1.202.182)	(1.182.110)
Total	(16.540.332)	(17.691.814)

h) Resultados acumulados não apropriados

O saldo apresentado nesta conta contempla, além do resultado do período ainda não destinado, o efeito das diferenças entre as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil e as Normas Internacionais de Contabilidade. O lucro líquido apurado segundo as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil é totalmente destinado, semestralmente, na forma de dividendos, juros sobre capital próprio e de constituição de reservas legal e de lucros.

i) Juros sobre o capital próprio/dividendos

Em conformidade com as Leis nº 9.249/1995, nº 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos.

Para atendimento da legislação de imposto de renda, bem como da contribuição social, os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor, sendo dedutíveis na apuração do lucro real.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Apresentamos os valores e o cronograma de pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos:

2025	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre				
Juros sobre o capital próprio ¹	852.492	0,149	11/03/2025	21/03/2025
Juros sobre o capital próprio complementares ¹	1.908.077	0,334	02/06/2025	12/06/2025
Total destinado aos acionistas	2.760.569	0,483		
Juros sobre o capital próprio ¹	2.760.569	0,483		

1 - Valores sujeitos à retenção de imposto de renda retido na fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

2024	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre				
Dividendos	940.587	0,165	11/06/2024	21/06/2024
Juros sobre o capital próprio ¹	1.170.153	0,410	11/03/2024	27/03/2024
Juros sobre o capital próprio complementares ¹	1.673.349	0,293	11/06/2024	21/06/2024
Total destinado aos acionistas	3.784.089	0,868		
Dividendos	940.587	0,165		
Juros sobre o capital próprio ¹	2.843.502	0,703		

1 - Valores sujeitos à retenção de imposto de renda retido na fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

j) Participações acionárias (quantidade de ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações, bem como do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria.

Acionistas	31/03/2025		31/12/2024	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União Federal – Tesouro Nacional	2.865.417.084	50,0	2.865.417.084	50,0
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ	257.988.090	4,5	257.988.090	4,5
Ações em tesouraria ¹	22.443.879	0,4	22.876.034	0,4
Outros acionistas	2.584.984.987	45,1	2.584.552.832	45,1
Total	5.730.834.040	100,0	5.730.834.040	100,0

1 - Inclui, em 31/03/2025, 73.450 ações do Banco do Brasil mantidas na BB Asset (89.466 em 31/12/2024).

	Ações ON ¹	
	31/03/2025	31/12/2024
Diretoria Executiva (inclui a Presidente do Banco)	447.436	252.633
Conselho Fiscal	22.576	22.576
Comitê de Auditoria	4.030	5.808

1 - A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,008% do capital do Banco.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

k) Quantidade de ações emitidas e quantidade de ações em circulação (free float)

	Quantidade de ações	
	Ações Ordinárias	Ações em Tesouraria
Saldos em 31/12/2024	5.730.834.040	22.876.034
Movimentação	--	(432.155)
Saldos em 31/03/2025	5.730.834.040	22.443.879

	31/03/2025		31/12/2024	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Ações em circulação (free float) no início do período	2.842.288.271	49,6	2.841.946.128	49,6
Outras movimentações ¹	237.352		342.143	
Ações em circulação (free float) no fim do período ²	2.842.525.623	49,6	2.842.288.271	49,6

1 - Inclui as movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

2 - Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

l) Ações em tesouraria

Demonstramos a seguir a composição das ações em tesouraria:

	31/03/2025		31/12/2024	
	Ações	% Total	Ações	% Total
Ações em tesouraria	22.443.879	100,0	22.876.034	100,0
Recebidas em dação de pagamento (Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN)	16.150.700	72,0	16.150.700	70,6
Programas de recompra (ocorridos entre 2012 e 2015)	5.625.439	25,1	5.987.066	26,2
Programa de remuneração variável	667.614	2,9	738.142	3,2
Incorporações	126	--	126	--
Valor contábil	(258.660)		(263.523)	

m) Pagamento baseado em ações

Programa de remuneração variável

O programa de remuneração variável do Banco do Brasil foi elaborado sob vigência da Resolução CMN nº 5.177, de 26/09/2024, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O programa tem periodicidade anual, sendo estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores e tem como pré-requisitos: a ativação do programa de participação nos lucros e resultados e o atingimento de lucro contábil pelo Banco do Brasil.

A apuração da remuneração variável tem como base indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas, da unidade e individuais, baseadas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período. O programa ainda determina que 50% da remuneração seja paga em espécie e que os demais 50% sejam pagos em ações.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A quantidade de ações do Banco do Brasil a ser destinada a cada participante é apurada mediante a divisão do valor líquido equivalente a 50% dos honorários a que fizer jus, a título de remuneração variável, pelo preço médio da ação na semana anterior à do pagamento. O preço médio é a média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento.

A distribuição da remuneração em ações ocorre de forma que 20% é imediatamente transferido para a titularidade do beneficiário e 80% é diferido.

Os efeitos no resultado do Programa de Remuneração Variável do Banco do Brasil foram de R\$ 6.236 mil no 1º trimestre/2025 (R\$ 5.961 mil no 1º trimestre/2024).

A BB Asset, em decorrência dessa resolução, também aprovou política de remuneração variável para sua diretoria, adquirindo diretamente ações em tesouraria do Banco. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de ações do programa	Custo médio	Ações distribuídas	Ações a distribuir	Cronograma estimado de transferências
Programa 2021					
	442.658	16,76	354.170	88.488	03/2026
Total de ações a distribuir				88.488	
Programa 2022					
	400.715	19,58	241.223	79.746	03/2026
				79.746	03/2027
Total de ações a distribuir				159.492	
Programa 2023					
	306.250	29,01	153.384	61.064	03/2026
				42.724	03/2027
				30.512	03/2028
				18.566	03/2029
Total de ações a distribuir				152.866	
Programa 2024					
	331.661	28,37	66.323	99.486	03/2026
				66.323	03/2027
				46.417	03/2028
				33.156	03/2029
				19.956	03/2030
Total de ações a distribuir				265.338	



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

21- Valor justo dos instrumentos financeiros

	31/03/2025		31/12/2024	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo				
Caixa e depósitos bancários	28.366.355	28.366.355	20.079.736	20.079.736
Depósitos no Banco Central do Brasil	114.515.317	114.515.317	115.697.589	115.697.589
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	1.599.251.543	1.589.732.327	1.573.453.419	1.570.819.613
Empréstimos a instituições financeiras	371.613.840	372.236.552	409.247.199	409.980.147
Empréstimos a clientes	1.133.856.532	1.122.516.026	1.020.552.099	1.019.188.361
Títulos e valores mobiliários	40.340.410	41.538.988	88.445.564	86.442.548
Outros ativos financeiros	53.440.761	53.440.761	55.208.557	55.208.557
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	15.417.140	15.417.140	18.829.091	18.829.091
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	474.677.137	474.677.137	484.298.095	484.298.095
Passivo				
Passivos financeiros ao custo amortizado	2.135.864.062	2.131.464.107	2.102.659.213	2.107.254.397
Recursos de clientes	864.972.382	864.187.710	873.710.691	874.416.253
Recursos de instituições financeiras	749.565.355	745.950.072	724.024.327	727.913.949
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	350.032.753	350.032.753	325.565.244	325.565.244
Outros passivos financeiros	171.293.572	171.293.572	179.358.951	179.358.951
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	5.098.161	5.098.161	8.266.681	8.266.681

O valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Caso um preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento financeiro, o valor justo é calculado com base nesse preço. Na ausência de um mercado ativo para um instrumento financeiro, seu valor justo é calculado por uma estimativa, objetivando assim uma avaliação justa e equânime dos instrumentos financeiros.

a) Níveis de informação relativos a ativos e passivos financeiros

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, incluindo os preços cotados em mercados não ativos para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.



O Banco utiliza prioritariamente valores obtidos diretamente em mercado ativo, e, caso não haja tais dados, valores gerados com base em referência de mercado ou, em último caso, modelo que considera ativos semelhantes. Diariamente, o processo produtivo da geração de informações para marcação a mercado dos ativos financeiros do Banco é executado, sendo feita a verificação da existência ou não de preços transacionados em mercado para ativos em carteira.

Em referência a transferência entre níveis, para cada instrumento financeiro, analisa-se a liquidez de mercado e o valor justo. A política no momento do reconhecimento da transferência é a mesma para transferência entre os níveis.

O modelo utilizado tanto para a marcação a mercado quanto para a marcação a modelo de títulos privados é aplicado utilizando-se a hierarquia de dados de mercado, e todos estes instrumentos têm o seu modelo de avaliação definido a cada dia.

Caso um título privado apresente negócios em um determinado dia, o valor marcado a mercado será dado pelo preço médio de negócio realizado no dia. Entretanto, se o título privado não apresentar negócios no dia, é verificada a existência de preço indicativo divulgado pela Anbima ou, na falta deste, preço indicativo divulgado pela B3.

Caso não haja negócios e nem preços indicativos divulgados pela Anbima ou pela B3, o preço do título é calculado a partir de modelo matemático que considera a probabilidade de *default* associada a cada instrumento como o *spread* do risco de crédito.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Saldo em 31/03/2025	Distribuição por nível		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial de forma recorrente				
Ativo	492.999.902	466.691.468	25.683.994	324.134
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	15.417.140	4.110.477	10.899.834	106.523
Instrumentos de dívida e patrimônio	7.040.373	4.110.477	2.823.373	106.523
Títulos públicos	4.110.477	4.110.477	--	--
Títulos privados	2.929.896	--	2.823.373	106.523
Derivativos	8.376.767	--	8.076.461	--
Operações a termo	4.854.910	--	4.554.604	--
Swaps	1.949.823	--	1.949.823	--
Opções	1.398.239	--	1.398.239	--
Outros instrumentos financeiros derivativos	173.795	--	173.795	--
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	474.677.137	462.580.991	11.927.024	169.122
Títulos públicos	462.345.184	462.345.184	--	--
Títulos privados	12.331.953	235.807	11.927.024	169.122
Ativos financeiros ao custo amortizado (objeto de hedge)	2.905.625	--	2.857.136	48.489
Empréstimos a instituições financeiras	2.857.136	--	2.857.136	--
Empréstimos a clientes	48.489	--	--	48.489
Passivo	9.484.241	--	9.484.241	--
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	5.098.161	--	5.098.161	--
Derivativos	5.098.161	--	5.098.161	--
Operações a termo	2.091.065	--	2.091.065	--
Swaps	1.955.666	--	1.955.666	--
Opções	815.564	--	815.564	--
Outros instrumentos financeiros derivativos	235.866	--	235.866	--
Passivos financeiros ao custo amortizado (objeto de hedge)	4.386.080	--	4.386.080	--
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	4.386.080	--	4.386.080	--
Ativos e passivos financeiros não mensurados a valor justo no balanço patrimonial				
Ativo	1.586.826.702	13.522.886	28.016.102	1.545.287.714
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	1.586.826.702	13.522.886	28.016.102	1.545.287.714
Empréstimos a instituições financeiras	369.379.416	--	--	369.379.416
Empréstimos a clientes	1.122.467.537	--	--	1.122.467.537
Títulos e valores mobiliários	41.538.988	13.522.886	28.016.102	--
Outros ativos financeiros	53.440.761	--	--	53.440.761
Passivo	2.127.078.027	--	--	2.127.078.027
Passivos financeiros ao custo amortizado	2.127.078.027	--	--	2.127.078.027
Recursos de clientes	864.187.710	--	--	864.187.710
Recursos de instituições financeiras	745.950.072	--	--	745.950.072
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	345.646.673	--	--	345.646.673
Outros passivos financeiros	171.293.572	--	--	171.293.572



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Saldo em 31/12/2024	Distribuição por nível		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial de forma recorrente				
Ativo	506.242.512	417.489.734	88.377.658	375.120
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	18.829.091	4.137.424	14.656.869	34.798
Instrumentos de dívida e patrimônio	6.161.376	4.137.424	1.989.154	34.798
Títulos públicos	3.678.247	3.678.247	--	--
Títulos privados	2.483.129	459.177	1.989.154	34.798
Derivativos	12.667.715	--	12.667.715	--
Operações a termo	6.545.118	--	6.545.118	--
Swaps	2.919.274	--	2.919.274	--
Opções	2.848.765	--	2.848.765	--
Outros instrumentos financeiros derivativos	354.558	--	354.558	--
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	484.298.095	413.352.310	70.651.656	294.129
Títulos públicos	408.927.932	408.877.600	50.332	--
Títulos privados	75.370.163	4.474.710	70.601.324	294.129
Ativos financeiros ao custo amortizado (objeto de hedge)	3.115.326	--	3.069.133	46.193
Empréstimos a instituições financeiras	3.069.133	--	3.069.133	--
Empréstimos a clientes	46.193	--	--	46.193
Passivo	12.866.564	--	12.866.564	--
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	8.266.681	--	8.266.681	--
Derivativos	8.266.681	--	8.266.681	--
Swaps	5.855.858	--	5.855.858	--
Opções	1.252.709	--	1.252.709	--
Operações a termo	1.150.404	--	1.150.404	--
Outros instrumentos financeiros derivativos	7.710	--	7.710	--
Passivos financeiros ao custo amortizado (objeto de hedge)	4.599.883	--	4.599.883	--
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	4.599.883	--	4.599.883	--
Ativos e passivos financeiros não mensurados a valor justo no balanço patrimonial				
Ativo	1.567.704.287	12.887.252	71.096.082	1.483.720.953
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	1.567.704.287	12.887.252	71.096.082	1.483.720.953
Empréstimos a instituições financeiras	406.911.014	--	--	406.911.014
Empréstimos a clientes	1.019.142.168	--	--	1.019.142.168
Títulos e valores mobiliários	86.442.548	12.887.252	71.096.082	2.459.214
Outros ativos financeiros	55.208.557	--	--	55.208.557
Passivo	2.102.654.514	--	--	2.102.654.514
Passivos financeiros ao custo amortizado	2.102.654.514	--	--	2.102.654.514
Recursos de clientes	874.416.253	--	--	874.416.253
Recursos de instituições financeiras	727.913.949	--	--	727.913.949
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	320.965.361	--	--	320.965.361
Outros passivos financeiros	179.358.951	--	--	179.358.951



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Não houve transferência entre o Nível 1 e o Nível 2 no período. Para os ativos avaliados no Nível 3, os ganhos, perdas, transferências entre níveis e o efeito das mensurações estão descritos no quadro abaixo:

Descrição	Valor Justo em 31/12/2024	Total de Ganhos e Perdas (Realizado/ Não Realizado)	Compras	Vendas/ Liquidações	Transferências do Nível 3	Transferências para o Nível 3	Valor Justo em 31/03/2025
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	34.798	69.295	--	(2)	--	2.432	106.523
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	294.129	3.037	--	--	(128.055)	11	169.122
Empréstimos a clientes (objeto de hedge)	46.193	2.296	--	--	--	--	48.489
Total	375.120	74.628	--	(2)	(128.055)	2.443	324.134

Para mensurações de Nível 3 na hierarquia de valor justo, foram utilizados os seguintes dados não observáveis:

Descrição	Técnicas de avaliação	Dados não observáveis
Ativo		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Fluxo de Caixa descontado	Spread de crédito calculado com base na probabilidade de default e na perda esperada do ativo.

Eventualmente, comparações entre dados não observáveis do Banco e valores com base em referências de mercado (ainda que com pouco ou nenhum registro de negócios), podem apresentar convergência pouco aceitável para alguns instrumentos, em especial ativos problemáticos, indicando potencialmente menor grau de liquidez de mercado.

Os casos mais recorrentes de ativos classificados como Nível 3 estão justificados pelos fatores de desconto utilizados e títulos privados cujo componente de risco de crédito é relevante. A taxa de juros de renovação das operações das carteiras é o dado não observável mais significativo usado na mensuração a valor justo dos instrumentos de Nível 3. Variações significativas nessa taxa de juros podem resultar em alterações significativas no valor justo. A análise de sensibilidade é elaborada considerando as informações de mercado e dados produzidos pelo Banco utilizando método próprio de aplicação de choques nas curvas de mercado nos fatores de risco mais relevantes.



22– Gestão de riscos

a) Risco de mercado e risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB)

O risco de mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, de câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.

O risco de taxa de juros na carteira bancária é conceituado como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Análise de sensibilidade

Método e objetivo da análise

O Banco realiza, trimestralmente, a análise de sensibilidade das exposições ao risco de taxas de juros de suas posições próprias, utilizando como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no resultado do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado.

Pressupostos e limitações do método

A aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado tem como pressuposto que os movimentos de alta ou de baixa nas taxas de juros ocorrem de forma idêntica, tanto para prazos curtos quanto para prazos mais longos. Como nem sempre os movimentos de mercado apresentam tal comportamento, este método pode apresentar pequenos desvios nos valores simulados.

Escopo, cenários de aplicação do método e implicações no resultado

O processo de análise de sensibilidade no Banco do Brasil é realizado considerando o seguinte escopo:

- (i) operações classificadas na carteira de negociação, composta basicamente por títulos públicos e privados mensurados a valor justo e instrumentos financeiros derivativos, sendo que os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes dos possíveis movimentos nas taxas de juros praticadas no mercado geram impacto direto no resultado do Banco ou no seu patrimônio líquido; e
- (ii) operações classificadas na carteira bancária, na qual os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não afetam diretamente o resultado do Banco, tendo em vista que a referida carteira é composta, majoritariamente, por operações contratadas com o objetivo principal de coletar fluxos de caixa conforme os prazos contratuais – empréstimos a clientes, captações no varejo, e títulos públicos e privados mensurados ao custo amortizado – e cujo registro contábil é realizado com base nas taxas contratadas.

Para realização da análise de sensibilidade são considerados os cenários:

- Cenário I: Choque de 100 basis points (+/- 1 ponto percentual), sendo considerada a maior perda por fator de risco.
- Cenário II: Choque de +25% e -25%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.
- Cenário III: Choque de +50% e -50%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.



Resultados da análise de sensibilidade

As tabelas abaixo apresentam os resultados obtidos para a carteira de negociação e para o conjunto de operações registradas nas carteiras de negociação e bancária.

Análise de sensibilidade para a carteira de negociação e para a carteira de negociação e bancária

Fatores de risco / Exposição	31/03/2025			31/12/2024		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Carteira de negociação						
Taxa pré-fixada	(56.393)	(194.328)	(381.428)	(86.835)	(310.587)	(608.410)
Cupons de taxas de juros	(1.417)	(5)	(11)	(9.988)	(78)	(157)
Cupons de índices de preços	(162.110)	(290.041)	(538.000)	(84.063)	(150.791)	(281.533)
Cupons de moedas estrangeiras	(392.317)	(457.919)	(957.280)	(514.184)	(687.095)	(1.448.368)
Total	(612.237)	(942.293)	(1.876.719)	(695.070)	(1.148.551)	(2.338.468)
Carteira de negociação e bancária						
Taxa pré-fixada	(21.120.987)	(68.440.000)	(125.712.699)	(12.738.680)	(43.945.693)	(82.652.246)
Cupons de taxas de juros	(9.132.653)	(24.487.835)	(52.658.444)	(7.884.300)	(24.667.296)	(53.116.079)
Cupons de índices de preços	(305.528)	(441.575)	(836.216)	(226.850)	(305.895)	(586.865)
Cupons de moedas estrangeiras	(3.563.477)	(1.700.180)	(3.492.525)	(3.665.877)	(2.312.748)	(4.773.932)
Total	(34.122.645)	(95.069.590)	(182.699.884)	(24.515.707)	(71.231.632)	(141.129.122)

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Para fins de gestão de risco de liquidez, avaliamos o comportamento prospectivo de nossas carteiras de acordo com nossa composição de ativos e passivos.

Este risco assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os pagamentos e recebimentos.

Gestão do risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez do BB segrega a liquidez em moeda nacional da liquidez em moedas estrangeiras. As visões gerenciais para gestão do risco de liquidez contribuem para a gestão adequada do risco nas jurisdições onde o Banco opera e nas moedas para as quais há exposição. Para tanto, são utilizados os seguintes instrumentos:

- projeções de liquidez: as projeções de liquidez em cenário base e de estresse permitem a avaliação prospectiva, em um horizonte temporal de 90 dias, do efeito do descasamento entre captações e aplicações, com objetivo de identificar situações que possam comprometer a liquidez do Banco. Adicionalmente cabe mencionar que a projeção de liquidez em cenário base é utilizada como indicador no Plano de Recuperação do Banco;
- teste de estresse: o teste de estresse é realizado mensalmente a partir da projeção de liquidez, em cenário base e de estresse, frente à reserva de liquidez, avaliando se o volume potencial de medidas de contingência de liquidez (MCL) atende às necessidades de liquidez, quando a projeção em qualquer cenário ficar abaixo da reserva de liquidez;



- c) indicador de Exigência Máxima de Liquidez Intradia – EMLI (apenas para liquidez em moeda nacional): a EMLI é a maior diferença, ocorrida durante um dia útil, entre o valor dos pagamentos e recebimentos em qualquer momento do dia; e
- d) limites de risco: utilizados para garantir a manutenção do nível de exposição ao risco de liquidez nos patamares desejados pelo Banco. Os indicadores utilizados no processo de gestão de risco de liquidez são:
- Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR);
 - Indicador de Liquidez de Médio e Longo Prazo (NSFR);
 - Reserva de Liquidez;
 - Colchão de Liquidez;
 - Indicador de Disponibilidade de Recursos Livres (DRL); e
 - Indicador de Concentração de Captações.

O Banco do Brasil possui Plano de Contingência de Liquidez – PCL, que consiste em um conjunto de procedimentos, estratégias e responsabilidades para identificar, administrar e reportar estado de estresse de liquidez do Banco do Brasil, de forma a assegurar a manutenção do fluxo de caixa e restaurar o nível de liquidez ao patamar desejado.

Os estados de estresse de liquidez são utilizados como parâmetro para acionamento do PCL e podem ocorrer quando a liquidez observada ficar abaixo da reserva de liquidez ou quando o indicador LCR ficar abaixo do limite estabelecido pela RAS (Risk Appetite Statement) vigente.

A estratégia para enfrentar o estado de estresse de liquidez consiste no acionamento das Medidas de Contingência de Liquidez (MCL), visando reestabelecer a Reserva de Liquidez ou o limite do indicador LCR.

Os instrumentos utilizados na gestão do risco de liquidez são reportados periodicamente ao Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGRC) e ao Comitê de Administração do Banco.

Análise do risco de liquidez

Os limites de risco de liquidez são utilizados para monitorar o nível de exposição ao risco de liquidez do Banco. O controle desses limites, que atuam de forma complementar na gestão do risco de liquidez de curto, médio e longo prazos do Banco, permitiu situação favorável da liquidez no período, sem necessidade de acionamento do plano de contingência de liquidez ou implementação de ações emergenciais no planejamento orçamentário que visem a adequação da liquidez estrutural.

Gerenciamento das captações

Os passivos são apresentados a partir das linhas de produtos e quanto à origem das fontes de recursos. A segregação em prazos leva em consideração a significância de valores e os critérios de distribuição e esgotamento de saldos no tempo, refletindo a metodologia interna e a realidade observada para os instrumentos em questão.

A composição das captações representadas em saldos, a partir de uma ampla base de clientes, constitui elemento importante na gestão do risco de liquidez do Banco do Brasil.

As captações com maturidade definida que fazem parte da composição das fontes comerciais, representadas pelas emissões de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e de Letras de Crédito Imobiliário (LCI), independentemente do período de carência de 9 e 12 meses, respectivamente, têm disponibilidade diária para o poupador. Nesse caso, foi observado o comportamento de se respeitar os prazos contratuais, procedimento análogo ao adotado para os Depósitos a Prazo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Já as operações compromissadas lastreadas em títulos e captações efetuadas pela Tesouraria do Banco são realizadas para a gestão de curto prazo da liquidez, enquanto que, para a implementação de estratégias de mercado de capitais, as captações têm características de médio e longo prazos.

Por fim, não obstante para os produtos Depósitos à Vista, Depósitos Judiciais e Poupança observar-se permanência mais longa na composição de captações do BB, em função de atendimento aos critérios trazidos pelo IFRS 7, seus saldos foram alocados no primeiro vértice, conforme tabela a seguir.

Composição das captações

Passivo	31/03/2025						
	Até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Part %
Dep. Prazo	15.943.935	18.644.395	7.052.051	197.786.467	3.032	239.429.880	12,9%
LCA	12.936.231	47.131.038	55.910.541	137.842.527	--	253.820.337	13,7%
LCI	283.419	1.102.165	1.376.567	12.406.491	--	15.168.642	0,8%
Poupança	212.279.692	--	--	--	--	212.279.692	11,4%
Dep. Vista	81.676.218	--	--	--	--	81.676.218	4,4%
Dep. Judicial	256.937.021	--	--	--	--	256.937.021	13,8%
Captações de Tesouraria	19.193.195	16.624.335	8.028.600	18.950.939	6.607.443	69.404.512	3,7%
Dep. Prazo fixo	3.016.149	1.588.656	672.888	7.107.112	--	12.384.805	0,7%
Outras captações comerciais	7.700.047	15.312	--	--	--	7.715.359	0,4%
Captações Comerciais ME	6.970.121	15.725.599	9.500.001	32.137.374	--	64.333.095	3,5%
Compromissadas	616.617.851	14.325.011	385.426	11.048.887	--	642.377.175	34,7%
Total	1.233.553.879	115.156.511	82.926.074	417.279.797	6.610.475	1.855.526.736	100,0%

Passivo	31/12/2024						
	Até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Part %
Dep. Prazo	1.523.503	33.756.664	5.231.657	190.901.136	2.644	231.415.604	12,9%
LCA	6.279.994	49.370.552	60.740.186	89.066.541	--	205.457.273	11,4%
LCI	109.893	1.821.674	1.603.653	12.724.001	--	16.259.221	0,9%
Poupança	216.918.781	--	--	--	--	216.918.781	12,1%
Dep. Vista	91.363.819	--	--	--	--	91.363.819	5,1%
Dep. Judicial	255.757.773	--	--	--	--	255.757.773	14,2%
Captações de Tesouraria	4.035.712	32.421.178	4.422.282	14.142.595	5.985.021	61.006.788	3,4%
Dep. Prazo fixo	3.036.465	1.200.969	621.821	7.605.700	--	12.464.955	0,7%
Outras captações comerciais	8.190.749	30.474	--	--	--	8.221.223	0,5%
Captações Comerciais ME	11.996.112	12.606.838	5.266.107	33.849.648	--	63.718.705	3,5%
Compromissadas	593.007.099	13.776.496	370.668	10.625.817	--	617.780.080	34,3%
Total	1.192.219.900	144.984.845	78.256.374	358.915.438	5.987.665	1.780.364.222	100,0%

Instrumentos financeiros derivativos

O Banco do Brasil realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias, para atendimento de necessidades de nossos clientes e para tomada de posições intencionais. A estratégia de hedge está em consonância com a política de risco de mercado e de liquidez e com a política de utilização de instrumentos financeiros derivativos aprovadas pelo Conselho de Administração.



O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos e utiliza metodologias estatísticas e de simulação para mensurar os riscos de suas posições, por meio de modelos de Valor em Risco, de análise de sensibilidade e de teste de estresse.

As operações com derivativos financeiros, com destaque para aqueles sujeitos a chamadas de margem e ajustes diários, são consideradas na mensuração dos limites de riscos de liquidez adotados no Banco e na composição dos cenários utilizados nos testes de estresse de liquidez realizados mensalmente.

c) Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito do Banco é realizado com base nas melhores práticas de mercado e segue as normas de supervisão e de regulação bancária do Bacen. Sua estrutura tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco das exposições, além de garantir o aprimoramento contínuo da gestão.

A gestão do risco de crédito inclui o risco de crédito de contraparte (RCC), o risco país, o risco soberano, o risco de transferência, o risco de concentração de crédito e a efetividade de instrumentos mitigadores ou de transferência de riscos utilizados nas exposições que geram os riscos designados.

Exposição máxima ao risco de crédito

	31/03/2025	31/12/2024
Depósitos no Banco Central do Brasil	114.515.317	115.697.589
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	1.681.264.973	1.646.599.694
Empréstimos a instituições financeiras	371.674.038	409.252.550
Empréstimos a clientes	1.215.220.687	1.090.269.821
Títulos e valores mobiliários	40.929.487	91.868.766
Outros ativos financeiros	53.440.761	55.208.557
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	15.417.140	18.829.091
Instrumentos de dívida e patrimônio	7.040.373	6.161.376
Derivativos	8.376.767	12.667.715
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	474.677.137	484.661.170
Itens não registrados no balanço	223.534.848	216.386.000

Concentração

As estratégias de gerenciamento do risco de crédito orientam as ações em nível operacional. As decisões estratégicas compreendem, entre outros aspectos, a materialização do apetite e tolerância ao risco do Banco do Brasil e o estabelecimento de limites de risco e de concentração. São considerados também os limites de concentração impostos pelo Banco Central do Brasil.

O Banco possui sistemática de gerenciamento do risco de concentração da carteira de crédito. Além do acompanhamento dos indicadores de níveis de concentração de diferentes segmentos da carteira, apurados com base no Índice de Herfindahl-Hirshman, é avaliado o impacto da concentração na alocação de capital para o risco de crédito.



Empréstimos a clientes – Exposições por região geográfica

	31/03/2025	31/12/2024
Mercado interno	1.148.451.645	1.025.512.772
Sudeste	445.665.479	392.265.073
Sul	204.594.205	187.067.967
Centro-Oeste	240.209.473	208.449.088
Nordeste	171.143.107	158.633.192
Norte	86.839.381	79.097.452
Mercado externo	66.769.042	64.757.049
Total	1.215.220.687	1.090.269.821

As informações relativas às exposições por atividade econômica foram incluídas na Nota 13 – Empréstimos a clientes.

d) Risco operacional

É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

Com o objetivo de melhorar a eficiência na gestão dos riscos não financeiros, o risco operacional é composto pelas seguintes categorias gerenciais: risco de terceiros, risco legal, risco de conformidade, risco de segurança, risco de modelo, risco de conduta, risco cibernético e risco de TI. Esta composição permite a convergência de instrumentos de gestão como taxonomia e base de perdas, entre outros.

As categorias regulatórias do risco operacional (práticas inadequadas, práticas trabalhistas, fraudes e roubos externos, falhas de processos, interrupção das atividades, danos a ativos e pessoas, fraudes e roubos internos, falhas de sistemas e tecnologia) são constantemente acompanhadas, monitoradas e seus resultados reportados à Alta Administração do Banco.

Política Específica de Gerenciamento de Riscos e Capital

O Banco do Brasil define a política específica de gerenciamento de riscos e de capital, abrangendo direcionadores aplicáveis ao Risco Operacional, com objetivo de estabelecer as diretrizes relacionadas ao gerenciamento contínuo e integrado de riscos e de capital e de divulgação das informações sobre esses temas para o Conglomerado Prudencial, cujo escopo de consolidação reduzido é definido pela resolução CMN nº 4950/2021 resguardadas aquelas de natureza confidencial e proprietária. A definição da referida política observa a legislação e regulamentações aplicáveis e está baseada em melhores práticas de governança.

Em aderência aos requisitos da Resolução CMN nº 4.557/2017 a política permeia as atividades relacionadas ao gerenciamento do risco operacional, com objetivo de identificar, mensurar, avaliar, mitigar, controlar, monitorar, reportar e aprimorar o risco associado ao Conglomerado Prudencial e a cada instituição individualmente, bem como identificar e acompanhar os riscos associados às demais entidades controladas por seus integrantes ou das quais estes participem.



Ferramentas de Gestão e Monitoramento

O gerenciamento do risco operacional do BB busca manter abordagem estruturada para o funcionamento de todas as atividades necessárias para que o risco se mantenha em níveis adequados à rentabilidade esperada dos negócios. Isso requer que os processos sejam revisados e atualizados regularmente, o que significa aprimorar continuamente a gestão.

Em relação às ferramentas de gestão do risco operacional, destaca-se a ferramenta SIM – Solução Imediata de Reclamações que tem agilizado a solução das reclamações de clientes, uma vez que o procedimento de análise e contestação é realizado em ambiente único, com emissão automatizada de Termo de Compromisso preenchido, e crédito efetivado na conta do cliente imediatamente após o despacho para determinados valores.

Ademais, o acompanhamento sistemático dos eventos de perda operacional é realizado por intermédio da análise das informações constantes do Painel de Riscos, dentre elas o acompanhamento dos limites global e específicos e decisões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital – CEGRC. A partir do monitoramento dos limites estabelecidos, os gestores responsáveis pelo processo, produto ou serviço poderão ser acionados para esclarecer os motivos da extrapolação e propor ações de mitigação dos riscos.

O monitoramento das perdas operacionais, para produção dos devidos reportes, ocorre por intermédio da ferramenta Painel de Perdas Operacionais, o qual é acompanhado também pelas áreas gestoras de processos, sistemas, produtos ou serviços, com apuração mensal dos valores das perdas de acordo com o limite global de perdas operacionais e limites específicos de perdas operacionais.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

23– Benefícios a empregados

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais ¹	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc – Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I ¹	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM – Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

1 – Planos cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido, conforme escolha do participante. Os benefícios de risco pertencem à modalidade de benefício definido.

Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelo Banco

	31/03/2025			31/12/2024		
	N.º de participantes			N.º de participantes		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Planos de aposentadoria e pensão	87.708	121.841	209.549	88.174	121.982	210.156
Plano de Benefícios 1 – Previ	2.754	99.114	101.868	2.815	99.348	102.163
Plano Previ Futuro	74.850	4.623	79.473	75.232	4.522	79.754
Plano Informal	--	1.820	1.820	--	1.820	1.820
Outros Planos	10.104	16.284	26.388	10.127	16.292	26.419
Planos de assistência médica	89.304	105.420	194.724	89.715	105.748	195.463
Cassi	80.831	100.314	181.145	81.208	100.554	181.762
Outros Planos	8.473	5.106	13.579	8.507	5.194	13.701



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Contribuições do Banco para os planos de benefícios

	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2024
Planos de aposentadoria e pensão	535.845	510.815
Plano de Benefícios 1 – Previ ¹	161.891	157.874
Plano Previ Futuro	275.153	255.164
Plano Informal	25.543	27.142
Outros Planos	73.258	70.635
Planos de assistência médica	562.726	531.380
Cassí	496.359	474.224
Outros Planos	66.367	57.156
Total	1.098.571	1.042.195

1- Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade até 2018 e do Fundo de Utilização (Nota 23.d). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14/04/1967 que tivessem se aposentado ou viessem a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

Em 31/12/2024, as contribuições do Banco para os planos de benefício definido (pós-emprego) foram estimadas em R\$ 1.001.947 mil para os próximos 6 meses e R\$ 2.137.031 mil para os próximos 12 meses.

Valores reconhecidos no resultado

	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2024
Planos de aposentadoria e pensão	662.045	297.320
Plano de Benefícios 1 – Previ	976.847	610.616
Plano Previ Futuro	(275.153)	(255.164)
Plano Informal	(26.583)	(20.498)
Outros Planos	(13.066)	(37.634)
Planos de assistência médica	(634.872)	(603.818)
Cassí	(571.640)	(544.772)
Outros Planos	(63.232)	(59.046)
Total	27.173	(306.498)

Informações detalhadas em relação aos planos de benefício definido constam na Nota 23.b.4.

a) Fatores de risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para as entidades patrocinadas, o que pode afetar negativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido do Banco.

Do ponto de vista do ativo, o risco atuarial está associado à possibilidade de perdas resultantes da flutuação (redução) no valor justo dos ativos do plano. Do ponto de vista do passivo atuarial, por sua vez, o risco está associado à possibilidade de perdas decorrentes da flutuação (aumento) no valor presente das obrigações atuariais dos planos da categoria Benefício Definido.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos destas Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Avaliações atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 31/12/2023 e 31/12/2024.

b.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos	
	Exercício/2024	Exercício/2023	Exercício/2024	Exercício/2023	Exercício/2024	Exercício/2023	Exercício/2024	Exercício/2023
Saldo inicial	(170.184.420)	(140.726.703)	(815.963)	(752.171)	(10.912.671)	(8.808.892)	(10.008.619)	(8.352.609)
Custo de juros	(16.805.251)	(16.592.450)	(76.667)	(81.290)	(1.094.779)	(1.054.064)	(998.629)	(981.052)
Custo do serviço corrente	(32.447)	(45.096)	--	--	(92.829)	(83.398)	(3.909)	(3.671)
Custo do serviço passado	--	--	(27.063)	(25.880)	--	--	--	--
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	16.486.575	16.101.165	126.081	134.995	951.818	926.175	947.416	916.460
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	41.464.139	(28.921.336)	156.076	(91.617)	2.689.119	(1.892.492)	2.301.334	(1.587.747)
Ajuste de experiência	(3.502.836)	(1.197.402)	2.870	637	100.180	(189.334)	(104.183)	(55.461)
Alterações premissas biométricas/demográficas	(183.709)	38	(8.198)	--	26.623	1.411	5.705	284
Alterações premissas financeiras	45.150.684	(27.723.972)	161.404	(92.254)	2.562.316	(1.704.569)	2.399.812	(1.532.570)
Saldo final	(129.071.404)	(170.184.420)	(637.536)	(815.963)	(8.459.342)	(10.912.671)	(7.762.407)	(10.008.619)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(129.071.404)	(170.184.420)	--	--	--	--	(7.714.673)	(8.065.338)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	--	--	(637.536)	(815.963)	(8.459.342)	(10.912.671)	(47.734)	(1.943.281)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos ¹	
	Exercício/2024	Exercício/2023	Exercício/2024	Exercício/2023	Exercício/2024	Exercício/2023	Exercício/2024	Exercício/2023
Saldo inicial	217.226.231	197.539.033	--	--	--	--	8.065.338	7.476.638
Receita de juros	22.067.980	22.398.163	--	--	--	--	845.192	867.019
Contribuições recebidas	1.355.345	1.321.070	126.081	134.995	951.818	926.175	494.002	482.664
Participantes	670.292	660.535	--	--	--	--	190.281	185.238
Empregador	685.053	660.535	126.081	134.995	951.818	926.175	303.721	297.426
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	(16.486.575)	(16.101.165)	(126.081)	(134.995)	(951.818)	(926.175)	(947.416)	(916.460)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	(41.323.751)	12.069.130	--	--	--	--	(742.443)	155.477
Saldo final	182.839.230	217.226.231	--	--	--	--	7.714.673	8.065.338

1- Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmals (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo I (Fusesc), Plano I (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

b.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
1) Valor justo dos ativos do plano	182.839.230	182.839.230	--	--	--	--	7.714.673	7.714.673
2) Valor presente das obrigações atuariais	(129.071.404)	(129.071.404)	(637.536)	(637.536)	(8.459.342)	(8.459.342)	(7.762.407)	(7.762.407)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	53.767.826	53.767.826	(637.536)	(637.536)	(8.459.342)	(8.459.342)	(47.734)	(47.734)
4) Superávit/(déficit) – parcela patrocinadora	26.883.913	26.883.913	(637.536)	(637.536)	(8.459.342)	(8.459.342)	(454.864)	(454.864)
5) Valores reconhecidos no resultado ¹	976.847	--	(26.583)	--	(307.601)	--	(11.312)	--
6) Valores recebidos dos fundos (Nota 23.d) ¹	161.891	--	--	--	--	--	--	--
7) Benefícios pagos ¹	--	--	25.543	--	232.321	--	74.639	--
8) Ativo/(Passivo) Atuarial Líquido Registrado ²	28.022.651	26.883.913	(638.576)	(637.536)	(8.534.622)	(8.459.342)	(391.537)	(454.864)

1 – Movimentações ocorridas após o relatório de avaliação atuarial de dezembro.

2 – Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b.4) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos	
	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2024
Custo do serviço corrente	(1.560)	(4.965)	--	--	(22.620)	(23.664)	(308)	(573)
Custo dos juros	(2.170.900)	(2.094.253)	(21.078)	(19.104)	(284.981)	(271.090)	(145.889)	(137.446)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	3.149.307	2.709.834	--	--	--	--	134.886	101.267
Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	(5.505)	(1.394)	--	--	--	--
Despesa com funcionários da ativa	--	--	--	--	(264.039)	(250.018)	(64.987)	(59.928)
(Despesa)/receita reconhecida na DRE	976.847	610.616	(26.583)	(20.498)	(571.640)	(544.772)	(76.298)	(96.680)

b.5) Valores reconhecidos no patrimônio líquido

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(5.208.015)	(789.156)	(155.684)	(105.295)	(1.679.860)	(638.989)	(750.441)	(312.637)
Ajustes de avaliação patrimonial	62.813	(8.426.102)	156.077	(91.617)	2.689.119	(1.892.492)	903.089	(802.450)
Efeitos fiscais	(29.872)	4.007.243	(70.235)	41.228	(1.210.103)	851.621	(408.349)	364.646
Saldo final	(5.175.074)	(5.208.015)	(69.842)	(155.684)	(200.844)	(1.679.860)	(255.701)	(750.441)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b.6) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido – Posição 31/12/2024

	Duration ¹	Pagamentos de benefícios esperados ²				
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Plano 1 (Previ)	8,01	16.747.157	16.431.337	16.156.235	314.704.982	364.039.711
Plano Informal (Previ)	5,53	123.043	111.168	100.489	934.800	1.269.500
Plano de Associados (Cassi)	9,25	1.045.971	1.026.996	1.008.148	27.651.499	30.732.614
Regulamento Geral (Econumus)	7,87	744.486	738.552	731.400	13.779.205	15.993.643
Regulamento Complementar 1 (Econumus)	9,74	3.839	4.038	4.273	137.885	150.035
Plus I e II (Econumus)	10,81	53.520	55.581	57.573	2.477.590	2.644.264
Grupo B' (Econumus)	7,04	25.430	25.140	24.808	372.894	448.272
Prevmais (Econumus)	8,84	35.732	35.683	35.619	879.175	986.209
Multifuturo I (Fusesc)	8,42	9.452	9.433	9.399	208.113	236.397
Plano I (Fusesc)	6,63	54.437	53.055	51.548	686.963	846.003
Plano BEP (Prevbep)	8,29	8.296	8.241	8.182	171.092	195.811

1- Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.

2- Valores considerados sem descontar a valor presente.

b.7) Composição dos ativos dos planos

	Plano 1 – Previ		Outros planos	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Renda fixa	116.962.255	127.077.345	7.126.005	7.276.657
Renda variável ¹	48.013.582	70.598.525	131.446	294.801
Investimentos imobiliários	10.641.243	12.142.946	206.842	221.915
Empréstimos e financiamentos	5.210.918	5.669.605	154.238	156.858
Outros	2.011.232	1.737.810	96.142	115.107
Total	182.839.230	217.226.231	7.714.673	8.065.338
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano				
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	8.776.283	9.384.173	19.027	--
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	1.225.023	1.390.248	32.032	35.153

1- No Plano 1 – Previ, inclui o valor de R\$ 3.947.785 mil (R\$ 5.586.966 mil em 31/12/2023), referente a ativos não cotados em mercado ativo.

b.8) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros planos	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de inflação (a.a.)	3,80%	3,55%	3,89%	3,57%	3,78%	3,55%	3,80%	3,55%
Taxa real de desconto (a.a.)	10,70%	6,81%	10,86%	6,64%	10,62%	6,86%	10,72%	6,80%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	14,91%	10,60%	--	--	--	--	14,92%	10,59%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,77%	0,77%	--	--	--	--	0,91%	0,91%
Tábua de sobrevivência	BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		AT-2000 / AT-2012 / RP 2000	
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado	

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

A norma internacional IAS 19 e a interpretação IFRIC 14 detalham a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

b.9) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma das premissas, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, demonstrando o aumento/(redução) nas obrigações dos benefícios definidos, com as variações razoavelmente possíveis para 31/12/2024.

	Taxa de Desconto		Expectativa de Vida		Crescimento Salarial	
	+0,25%	-0,25%	+1 ano	-1 ano	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	(2.028.803)	2.093.437	1.814.001	(1.869.736)	1.607	(1.604)
Plano Informal (Previ)	(7.052)	7.223	14.979	(15.033)	--	--
Plano de Associados (Cassi)	(118.160)	122.678	91.624	(93.245)	434	(426)
Regulamento Geral (Economus)	(93.676)	96.564	78.461	(81.958)	--	--
Regulamento Complementar 1 (Economus)	(949)	980	(1.891)	1.938	--	--
Plus I e II (Economus)	(12.665)	13.169	15.917	(15.680)	--	--
Grupo B' (Economus)	(2.646)	2.719	3.503	(3.653)	--	--
Prevmais (Economus)	(5.223)	5.400	1.155	(1.162)	689	(685)
Multifuturo I (Fusesc)	(1.322)	1.380	721	(754)	109	(102)
Plano I (Fusesc)	(4.947)	5.079	6.453	(6.620)	--	--
Plano BEP (Prevbep)	(1.126)	1.162	756	(794)	--	--



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	Ativo atuarial		Passivo atuarial	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Plano 1 (Previ)	28.022.651	26.883.913	--	--
Plano Informal (Previ)	--	--	(638.576)	(637.536)
Plano de Associados (Cassi)	--	--	(8.534.622)	(8.459.342)
Regulamento Geral (Econumus)	--	--	(70.719)	(114.788)
Regulamento Complementar 1 (Econumus)	12.833	12.046	--	--
Plus I e II (Econumus)	--	--	(604.731)	(607.867)
Grupo B' (Econumus)	--	--	(187.620)	(187.157)
Prevmais (Econumus)	185.505	179.204	--	--
Multifuturo I (Fusesc)	89.420	86.353	--	--
Plano I (Fusesc)	144.166	139.110	--	--
Plano BEP (Prevbep)	39.609	38.235	--	--
Total	28.494.184	27.338.861	(10.036.268)	(10.006.690)

d) Destinações do Superávit do Plano 1 – Previ

	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2024
Fundo de Utilização ¹		
Saldo inicial	12.026.025	11.608.853
Contribuição ao Plano 1	(161.891)	(157.874)
Atualização	380.822	318.972
Saldo final	12.244.956	11.769.951

1- Constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano). Pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. É corrigido pela meta atuarial (INPC + 4,75% a.a.).



24– Partes relacionadas

a) Pessoal-chave da administração

Custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração do Banco do Brasil, formado pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2024
Benefícios de curto prazo	15.709	18.467
Honorários e encargos sociais	8.086	7.749
Diretoria Executiva	8.033	7.619
Conselho de Administração	53	130
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	5.878	9.130
Outros ¹	1.745	1.588
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	109	117
Remuneração baseada em ações	15.137	13.476
Total	30.955	32.060

1 - Inclui a remuneração dos membros dos Comitês de Auditoria e de Riscos e de Capital que integram o Conselho de Administração, bem como contribuições patronais aos planos de saúde e previdência complementar, auxílio moradia, vantagens de remoção, seguro de vida em grupo, entre outros.

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/2024, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 20.m).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal-chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

b) Transações com partes relacionadas

O Banco possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada ao mercado. A política visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesse, sejam tomadas observando os interesses do Banco e de seus acionistas. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco.

Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, as transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável e não envolvem riscos anormais de recebimento, conforme informações constantes em outras notas explicativas.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Dentre as transações realizadas pelo Banco com suas partes relacionadas, destacamos:

- transações bancárias, tais como aplicações em depósitos interfinanceiros, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses, prestação de serviços e de garantias, avais ou fianças;
- valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei nº 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da



- equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele Órgão, conforme estabelece a Legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco;
- disponibilização dos sistemas internos para a Previ, para votações, processos seletivos e acesso a normas internas de interesse comum, o que gera uma economia de custos para ambas as partes envolvidas;
 - contratos de comodato, onde o Banco figura basicamente como cessionário, utilizando-se dos espaços, principalmente, para instalação de terminais de autoatendimento, de postos de atendimento bancário e de agências, não representando volume significativo, uma vez que os contratos dessa natureza são realizados na maior parte com terceiros;
 - disponibilização de estrutura para controladas e entidades patrocinadas, para desempenho de atividades operacionais mediante o ressarcimento dos custos e despesas apurados devido à utilização dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos. O compartilhamento de estrutura visa obter ganho de eficiência operacional para o Conglomerado. No 1º Trimestre de 2025, foram ressarcidos custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura no valor de R\$ 118.506 (R\$ 104.349 mil no 1º Trimestre de 2024). No 1º Trimestre/2025, o banco foi ressarcido em R\$ 188.665 mil (R\$ 167.816 mil no 1º Trimestre/2024), referente aos custos com empregados cedidos sem ônus;
 - aluguéis de imóveis de propriedade de entidades patrocinadas para desempenho das atividades do Banco;
 - aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim;
 - cessão de créditos oriundos de operações baixadas como prejuízos para a Ativos S.A.;
 - contratação de serviços especializados da BB Tecnologia S.A. (BBTS) para assistência técnica especializada, digitalização e reprodução de documentos, telemarketing, cobrança extrajudicial, suporte e apoio a processos de negócios financeiros e não financeiros, monitoramento, supervisão e execução de atividades inerentes a equipamentos e ambientes, desenvolvimento, sustentação e teste de *software*, suporte e operação em data center, gerenciamento de mensagens eletrônicas de telefonia celular, *outsourcing* e monitoria de sistemas de segurança física e *outsourcing* de telefonia;
 - valores a receber decorrente das honras solicitadas pelo Banco aos Fundos Garantidores, nos quais a União detém participação, conforme prazos e condições estabelecidos pelo regulamento de cada programa de garantia. Os Fundos Garantidores são instrumentos de natureza pública ou privada destinados a garantir projetos e operações de crédito, com a finalidade, dentre outras, de viabilizar empreendimentos estruturados do Poder Público e auxiliar a inclusão de pessoas físicas e jurídicas no mercado de crédito; e
 - garantias recebidas e prestadas e outras coobrigações, dentre elas o contrato de abertura de linha de crédito interbancário rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

Para 2025, o Banco e a Caixa Econômica Federal (CEF) assinaram contrato de abertura de crédito destinado à contratação de operações de crédito, no âmbito das áreas de habitação popular e demais operações habitacionais, no valor de até R\$ 1.180.000 mil (de até R\$ 1.830.000 mil em 2024).

As transações acima que envolvam valores são demonstradas adiante no quadro “Sumário das transações com partes relacionadas”, segregados por natureza e categoria de entidades relacionadas.

Algumas transações constam em outras notas explicativas: os recursos aplicados em títulos públicos federais, estão relacionados na Nota 12; as informações referentes aos fundos públicos estão relacionadas na Nota 16; e as informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão relacionadas na Nota 23.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No 1º Trimestre/2025, o Banco e suas subsidiárias realizaram contribuições para a FBB no valor de R\$ 923 mil (R\$ 949 mil no 1º Trimestre/2024).

c) Aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim

	1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2024
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	204.940	2.211.190



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Sumário das transações com partes relacionadas

Apresentamos as transações realizadas com as partes relacionadas, segregadas nas seguintes categorias:

- Controlador: União (Tesouro Nacional e órgãos da administração direta do Governo Federal);
- Coligadas e controladas em conjunto: Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban;
- Pessoal-chave da administração: Conselho de Administração e Diretoria Executiva; e
- Outras partes relacionadas: Empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF e BNDES. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

	Controlador	Coligadas e joint ventures	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/03/2025
Ativos	1.954.302	14.602.449	5.558	20.527.860	37.090.169
Empréstimos a instituições financeiras	--	9.372.728	--	2.589.044	11.961.772
Ativos financeiros	341	178.439	--	1.083.377	1.262.157
Empréstimos a clientes ¹	--	890.123	5.558	16.559.434	17.455.115
Outros ativos ²	1.953.961	4.161.159	--	296.005	6.411.125
Passivos	41.926.255	20.875.410	38.190	66.351.906	129.191.761
Recursos de clientes	3.542.867	608.536	2.707	10.448.964	14.603.074
Recursos de instituições financeiras	221	1.515.896	--	54.461.897	55.978.014
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	478.928	48.736	35.483	99.415	662.562
Outros passivos ³	37.904.239	18.702.242	--	1.341.630	57.948.111
Garantias prestadas e outras coobrigações	340.508	5.000.000	4.549	--	5.345.057
Demonstração do resultado	1º Trimestre/2025				
Receitas de juros	1.536.246	268.693	286	530.243	2.335.468
Despesas de juros	(54.177)	(13.096)	(917)	(1.094.105)	(1.162.295)
Receitas de prestação de serviços	26.054	1.778.825	4	178.313	1.983.196
Outras receitas	1.171	254.250	--	3.354	258.775
Outras despesas	(544.330)	(307.965)	--	(125.576)	(977.871)

1 - Os empréstimos a clientes possuem R\$ 33.068 mil de perdas esperadas. Houve reforço de provisão de R\$ 33.045 mil no 1º Trimestre/2025.

2 - As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas – safra agrícola e títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

3 - Os saldos evidenciados na coluna "coligadas e joint ventures" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Controlador	Coligadas e joint ventures	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2024
Ativos	2.886.718	12.932.218	9.072	16.203.455	32.031.463
Empréstimos a instituições financeiras	--	9.846.432	--	2.550.800	12.397.232
Ativos financeiros	--	157.667	--	1.151.066	1.308.733
Empréstimos a clientes ¹	--	723.899	9.072	12.199.687	12.932.658
Outros ativos ²	2.886.718	2.204.220	--	301.902	5.392.840
Passivos	5.481.770	21.702.652	33.746	63.109.898	90.328.066
Recursos de clientes	3.318.400	518.895	2.558	10.727.350	14.567.203
Recursos de instituições financeiras	82.934	1.967.321	--	51.325.175	53.375.430
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	626.174	31.754	31.188	240.203	929.319
Outros passivos ³	1.454.262	19.184.682	--	817.170	21.456.114
Garantias prestadas e outras coobrigações	353.745	5.000.721	--	--	5.354.466
Demonstração do resultado	1º Trimestre/2024				
Receitas de juros	905.241	323.449	195	188.338	1.417.223
Despesas de juros	(54.143)	(9.582)	(535)	(918.002)	(982.262)
Receitas de prestação de serviços	33.168	1.730.240	14	174.135	1.937.557
Outras receitas	4.100	165.439	--	2.895	172.434
Outras despesas	(295.193)	(208.956)	--	(133.938)	(638.087)

1 - Os empréstimos a clientes possuem R\$ 23 mil de perdas esperadas. Houve reforço de provisão de R\$ 16 mil no 1º Trimestre/2024.

2 - As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas – safra agrícola e títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

3 - Os saldos evidenciados na coluna "coligadas e joint ventures" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

25- Ativos e passivos circulantes e não circulantes

	31/03/2025		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	28.366.355	--	28.366.355
Depósitos no Banco Central do Brasil	114.515.317	--	114.515.317
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	880.333.561	718.917.982	1.599.251.543
Empréstimos a instituições financeiras	368.411.509	3.202.331	371.613.840
Empréstimos a clientes	489.357.738	644.498.794	1.133.856.532
Títulos e valores mobiliários	2.536.827	37.803.583	40.340.410
Outros ativos financeiros	20.027.487	33.413.274	53.440.761
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	15.417.140	--	15.417.140
Instrumentos de dívida e patrimônio	7.040.373	--	7.040.373
Derivativos	8.376.767	--	8.376.767
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	27.683.405	446.993.732	474.677.137
Ativos não circulantes mantidos para venda	134.503	--	134.503
Investimentos em coligadas e joint ventures	--	19.911.258	19.911.258
Ativo imobilizado	--	16.888.130	16.888.130
De uso	--	12.481.924	12.481.924
De direito de uso	--	4.406.206	4.406.206
Ativos intangíveis	--	11.582.597	11.582.597
Ativos fiscais	9.533.232	78.410.084	87.943.316
Correntes	9.533.232	--	9.533.232
Diferidos	--	78.410.084	78.410.084
Outros ativos	21.872.742	36.491.839	58.364.581
Total do ativo	1.097.856.255	1.329.195.622	2.427.051.877
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.608.055.069	527.808.993	2.135.864.062
Recursos de clientes	660.992.975	203.979.407	864.972.382
Recursos de instituições financeiras	704.950.618	44.614.737	749.565.355
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	127.763.082	222.269.671	350.032.753
Outros passivos financeiros	114.348.394	56.945.178	171.293.572
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	5.098.161	--	5.098.161
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	9.487.395	16.193.311	25.680.706
Provisões para perdas esperadas com garantias prestadas e compromissos de empréstimos	196.634	665.010	861.644
Passivos fiscais	1.425.421	14.109.864	15.535.285
Correntes	1.425.421	--	1.425.421
Diferidos	--	14.109.864	14.109.864
Outros passivos	36.119.180	20.877.628	56.996.808
Patrimônio líquido	--	187.015.211	187.015.211
Total do passivo e patrimônio líquido	1.660.381.860	766.670.017	2.427.051.877



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31/12/2024		
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e depósitos bancários	20.079.736	--	20.079.736
Depósitos no Banco Central do Brasil	115.697.589	--	115.697.589
Ativos financeiros ao custo amortizado líquidos	889.304.548	684.148.871	1.573.453.419
Empréstimos a instituições financeiras	406.147.936	3.099.263	409.247.199
Empréstimos a clientes	433.765.261	586.786.838	1.020.552.099
Títulos e valores mobiliários	26.951.251	61.494.313	88.445.564
Outros ativos financeiros	22.440.100	32.768.457	55.208.557
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	18.829.091	--	18.829.091
Instrumentos de dívida e patrimônio	6.161.376	--	6.161.376
Derivativos	12.667.715	--	12.667.715
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	25.557.023	458.741.072	484.298.095
Ativos não circulantes mantidos para venda	141.065	--	141.065
Investimentos em coligadas e joint ventures	--	21.823.293	21.823.293
Ativo imobilizado	--	16.396.970	16.396.970
De uso	--	11.962.858	11.962.858
De direito de uso	--	4.434.112	4.434.112
Ativos intangíveis	--	11.350.419	11.350.419
Ativos fiscais	12.047.149	74.572.572	86.619.721
Correntes	12.047.149	--	12.047.149
Diferidos	--	74.572.572	74.572.572
Outros ativos	20.335.139	29.694.660	50.029.799
Total do ativo	1.101.991.340	1.296.727.857	2.398.719.197
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.620.627.343	482.031.870	2.102.659.213
Recursos de clientes	672.108.971	201.601.720	873.710.691
Recursos de instituições financeiras	675.786.099	48.238.228	724.024.327
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	139.826.660	185.738.584	325.565.244
Outros passivos financeiros	132.905.613	46.453.338	179.358.951
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	8.266.681	--	8.266.681
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	9.423.907	14.355.114	23.779.021
Provisões para perdas esperadas com garantias prestadas e compromissos de empréstimos	1.717.308	602.684	2.319.992
Passivos fiscais	7.750.780	14.700.638	22.451.418
Correntes	7.750.780	--	7.750.780
Diferidos	--	14.700.638	14.700.638
Outros passivos	38.819.236	16.187.292	55.006.528
Patrimônio líquido	--	184.236.344	184.236.344
Total do passivo e patrimônio líquido	1.686.605.255	712.113.942	2.398.719.197



26– Eventos subsequentes

Não foram identificados eventos subsequentes no período.

27– Conciliação do patrimônio líquido e do resultado

	Referência	Lucro Líquido		Patrimônio Líquido	
		1º Trimestre/2025	1º Trimestre/2024	31/03/2025	31/12/2024 ¹
Atribuível ao controlador em BRGAAP		6.772.065	8.782.201	179.206.518	174.618.438
Ajustes de IFRS líquidos de efeito fiscal		(3.333.261)	(752.679)	2.587.146	5.004.580
Diferimento de tarifas e comissões para ajuste ao método da taxa efetiva de juros	(a)	153.608	14.569	(269.639)	(423.247)
Combinações de negócios e reorganizações societárias	(b)	(12.029)	(4.093)	397.909	409.938
Perdas esperadas em instrumentos financeiros	(c)	(3.063.448)	512.833	1.973.584	5.037.032
Outros ajustes ²		(411.392)	(1.275.988)	485.292	(19.143)
Atribuível ao controlador em IFRS		3.438.804	8.029.522	181.793.664	179.623.018
Atribuível às participações de acionistas não controladores		739.050	651.192	5.221.547	4.613.326
Apurado no consolidado em IFRS		4.177.854	8.680.714	187.015.211	184.236.344

1 - Inclui os ajustes de adoção inicial da Resolução CMN 4.966/2021.

2 - Refere-se principalmente aos ajustes de hiperinflação na Argentina, conforme IAS 29.

a) Diferimento de tarifas e comissões para ajuste ao método da taxa efetiva de juros

Segundo as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil, até 31/12/2024, as tarifas cobradas e comissões pagas pela originação de empréstimos a clientes eram reconhecidas no resultado no ato do recebimento e pagamento.

De acordo com as IFRS, em consonância com a IFRS 9, as tarifas e comissões que integram o cálculo da taxa efetiva de juros, diretamente atribuíveis aos instrumentos financeiros classificados ao custo amortizado, devem ser amortizadas ao longo da vida esperada dos contratos.

Os ajustes apresentados nestas demonstrações contábeis consolidadas refletem o diferimento linear dessas receitas e despesas, reconhecidas até 31/12/2024, em função do prazo apurado para cada instrumento sujeito ao método da taxa efetiva de juros.

b) Combinações de negócios e reorganizações societárias

Segundo as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil até 2022, o montante do ágio ou deságio resultante da aquisição de controle de uma companhia decorre da diferença entre o valor da contraprestação paga e o valor patrimonial das ações, o qual é amortizado, caso ele seja baseado em expectativa de rentabilidade futura.

Em conformidade com a IFRS 3, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor da contraprestação e o montante líquido proporcional adquirido do valor justo dos ativos e passivos da adquirida. O montante registrado como ágio não sofre amortização, todavia é avaliado no mínimo anualmente para fins de determinar se ele está em imparidade.



Os ajustes classificados como “Combinações de Negócios” referem-se à reversão da amortização de ágio efetuada segundo as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil, a amortização da parcela de valor justo dos ativos e passivos adquiridos/assumidos, a amortização dos ativos intangíveis de vida útil definida identificados na aquisição da participação societária e o deságio apurado na aquisição de participação societária, efetuados em conformidade com a IFRS 3.

c) Perdas esperadas com empréstimos a clientes, garantias prestadas, compromissos por empréstimos e demais ativos financeiros ao custo amortizado

Embora tanto as práticas contábeis internacionais e as brasileiras utilizem o conceito de perda esperada, o modelo internacional apresenta diferenças em relação a norma brasileira. O modelo adotado pelo banco, baseado na IFRS 9, considera a inadimplência e a alteração significativa do nível de risco de crédito, com a revisão periódica do enquadramento desses ativos, mediante a projeção de cenários econômicos. O banco avalia suas operações em três estágios: Estágio 1 – Operações em normalidade, Estágio 2 – Operações com aumento significativo de risco, e Estágio 3 – Operações em descumprimento. As operações podem migrar entre os estágios de acordo com a melhora ou o agravamento do risco de crédito da operação. Além disso, a norma brasileira em adoção nas demonstrações contábeis Brgaap prevê a aplicação de pisos mínimos de provisionamento, de acordo com o tipo de instrumento financeiro e o tempo de atraso. Esses valores são revertidos no processo de harmonização contábil para o IFRS.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas

Aos
Acionistas, Conselho de Administração e aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.
Brasília - DF

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas do Banco do Brasil S.A. ("Banco"), referentes ao período findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial consolidado condensado em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas condensadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – (IASB)*. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - *Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade* e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB).

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas acima referidas incluem a demonstração consolidada condensada do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas tomadas em conjunto.

Brasília, 15 de maio de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-0

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2



Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o artigo 27, § 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil S.A. relativas ao período findo em 31 de março de 2025 e, baseados nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 14 de maio de 2025.

Felipe Guimarães Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de
Riscos no exercício das atribuições de Presidente

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativo

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Luiz Gustavo Braz Lage
Vice-Presidência de Agronegócios e Agricultura
Familiar

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e Tecnologia

Carla Nesi
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Negócios Governo e
Sustentabilidade Empresarial

Marco Geovanne Tobias da Silva
Vice-Presidência de Gestão Financeira e
Relações com Investidores



Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o artigo 27, §1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que, baseados em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os trabalhos realizados, concordamos com as opiniões/conclusões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 14 de maio de 2025.

Felipe Guimarães Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de
Riscos no exercício das atribuições de Presidente

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativo

Carla Nesi
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Negócios Governo e
Sustentabilidade Empresarial

Luiz Gustavo Braz Lage
Vice-Presidência de Agronegócios e Agricultura
Familiar

Marco Geovanne Tobias da Silva
Vice-Presidência de Gestão Financeira e
Relações com Investidores

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e Tecnologia



Membros da administração

PRESIDENTE

Tarciana Paula Gomes Medeiros

VICE-PRESIDENTES

Ana Cristina Rosa Garcia
Carla Nesi
Felipe Guimarães Geissler Prince
Francisco Augusto Lassalvia
José Ricardo Sasserón
Luiz Gustavo Braz Lage
Marco Geovanne Tobias da Silva
Marisa Reghini Ferreira Mattos

DIRETORES

Alan Carlos Guedes de Oliveira
Alberto Martinhago Vieira
Antonio Carlos Wagner Chiarello
Carlos Eduardo Guedes Pinto
Eduardo Cesar Pasa
Euler Antonio Luz Mathias
João Francisco Fruet Júnior
João Vagnes de Moura Silva
Julio César Vezzaro
Kamillo Tononi Oliveira Silva
Larissa da Silva Novais Vieira
Luciano Matarazzo Regno
Lucinéia Possar
Marcelo Henrique Gomes da Silva
Mariana Pires Dias
Neudson Peres de Freitas
Paula Sayão Carvalho Araujo
Pedro Bramont
Rafael Machado Giovanella
Rodrigo Costa Vasconcelos
Rodrigo Mulinari
Rosiane Barbosa Laviola
Thiago Affonso Borsari

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Anelize Lenzi Ruas de Almeida
Elisa Vieira Leonel
Fábio Franco Barbosa Fernandes
Fernando Florêncio Campos
Marcio Luiz de Albuquerque Oliveira
Selma Cristina Alves Siqueira
Tarciana Paula Gomes Medeiros
Valmir Pedro Rossi

CONSELHO FISCAL

Andriei José Beber
Bernard Appy
João Vicente Silva Machado
Renato da Motta Andrade Neto
Tatiana Rosito

COMITÊ DE AUDITORIA

Aramis Sá de Andrade
Egídio Otmar Ames
Marcelo Gasparino da Silva
Rachel de Oliveira Maia
Vera Lucia de Almeida Pereira Elias

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
CPF 541.035.920-87

Pedro Henrique Duarte Oliveira
Contador CRC-DF 023407/O-3
CPF 955.476.143-00